

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

JUCILENE NEVES DE PONTES

**MULHERES PESQUISADORAS NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: PRESENTES!**

Rio de Janeiro

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

JUCILENE NEVES DE PONTES

**MULHERES PESQUISADORAS NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: PRESENTES!**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Bruna Silva do Nascimento

Rio de Janeiro

2018

P814m

Pontes, Jucilene Neves de.

Mulheres pesquisadoras na Biblioteconomia e na Ciência da
Informação : presentes! / Jucilene Neves de Pontes. – 2018.
63 f. : il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Bruna Silva do Nascimento
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

1. Biblioteconomia. 2. Ciência da Informação. 3. Estudos de gênero.
4. Mulher. 5. Comunidade científica. I. Nascimento, Bruna Silva do. II.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 020.82

JUCILENE NEVES DE PONTES

**MULHERES PESQUISADORAS NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO: PRESENTES!**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Bruna Silva do Nascimento

Aprovada em: _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Bruna Silva do Nascimento (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Lidiane dos Santos Carvalho (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Simone Borges Paiva (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a todas as mulheres de luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à mulher da minha vida: Maria das Neves, vulgo mainha. Sou imensamente grata por tudo que fez e faz por mim e, acima de tudo, te admiro por ser esse indivíduo capaz de enfrentar qualquer obstáculo. Você é o meu maior exemplo.

Ao meu pai, João Batista, e aos meus irmãos, Anderson e Josilene, que suportaram as minhas crises de ansiedade rotineiras e mesmo assim se mantiveram ao meu lado, sempre presentes.

À Juliana Barros, a quem costumo chamar de meu anjo da guarda, que me auxiliou na elaboração deste trabalho.

À Danielle Barbosa, ou melhor, Danizinha, sua ajuda também foi crucial.

À minha amicíssima Juliana Araujo, que está comigo desde os nossos quatro anos de idade e não poderia deixar de me incentivar nessa etapa.

Ao querido Eddy por todo amor incondicional e pelo seu apoio extremamente necessário.

Aos meus presentinhos da UNIRIO, Monique, Núbia e Samara, que fizeram parte dessa jornada, nas alegrias e tristezas de um estudante universitário.

Aos professores por todas as lições empreendidas ao longo do curso de Biblioteconomia, em especial às minhas orientadoras de iniciação científica e TCC, respectivamente, Brisa Pozzi e Bruna Nascimento.

À equipe de trabalho da Biblioteca do TRT/RJ e da Biblioteca do CRECI-RJ pela oportunidade de aprender na prática o fazer bibliotecário.

E, por fim, a todas as mulheres que de alguma forma fizeram parte da minha vida e me marcaram sobremaneira.

*Mulher, desperta. O chamado da razão
se faz ouvir em todo o universo.
Reconhece teus direitos!*

Olympe de Gouges

RESUMO

Ante a desigualdade de gênero que perpassa todas as esferas da nossa vida em sociedade, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação feminina no campo científico nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação hodiernamente. Traz elementos teóricos dos estudos de gênero e elementos históricos do movimento feminista que buscou, e ainda busca, diminuir a exclusão das mulheres, destacando as conquistas e avanços cruciais no tocante à educação e à inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Aborda os malefícios da feminilização e feminização da Biblioteconomia, que corrobora para a desvalorização e o baixo status da profissão. Verifica que ainda hoje a ciência é pautada em características masculinas, na qual as mulheres são obrigadas a conviver com os mecanismos de segregação vertical e horizontal de gênero, que limitam a progressão feminina na carreira científica. Como método, destaca-se a análise sociométrica. Faz um levantamento das informações dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa na área de Ciência da Informação no site do CNPq e na Plataforma Lattes, de forma a identificar as diferenças no perfil das mulheres pesquisadoras em relação aos seus colegas do gênero masculino. Os resultados apontam percentuais de mulheres um pouco maiores em todas as categorias e níveis de bolsas, além de produtividade similar entre homens e mulheres. Conclui que a Ciência da Informação está contornando a disparidade de gênero na ciência e abrindo espaço para a representação feminina nas colocações de maior prestígio da elite científica nacional.

Palavras-chave: Mulheres na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Estudos de gênero. Comunidade científica.

ABSTRACT

Given the gender inequality that permeates all spheres of our life in society, the present study aims to analyze the female participation in the scientific field in the areas of Library and Information Science nowadays. It brings theoretical elements of the gender studies and historical elements of the feminist movement that sought, and still seeks, to reduce the exclusion of women, highlighting the achievements and crucial advances in education and the insertion of women in Brazil's labor market. It addresses Library Science's harmful effects of feminilization and feminization, which corroborates with the profession's devaluation and low status. It notes that, even today, the science is based on masculine characteristics, which women are bounded to live with the mechanisms of vertical and horizontal gender segregation that limits the female progress in scientific career. As a method, the sociometric analysis stands out. It compiles the information of the research productivity grants provides to professionals in the area of Information Science on the CNPq website and the Lattes Platform, in order to identify the differences amid women researchers' profile in relation to their male colleagues. The results indicate that the percentage of women is slightly higher in all categories and levels of scholarships, as well as similar productivity between men and women. It concludes that Information Science is bypassing the gender gap in science and opening space for female representation in the national scientific elite's most prestigious settings.

Keywords: Women in Library and Information Science. Gender studies. Scientific community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria e nível (2015).....	43
Gráfico 2 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas (2015).....	44
Gráfico 3 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria e nível em Ciência da Informação (2018).....	46
Gráfico 4 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018).....	48
Gráfico 5 – Percentual de bolsas PQ por região no Brasil e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018).....	49
Gráfico 6 – Percentual da formação acadêmica em nível de graduação por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018).....	51
Gráfico 7 – Percentual da formação acadêmica em nível de doutorado por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018).....	52
Figura 1 – Produção bibliográfica dos bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018.....	53
Figura 2 – Produção de artigos de periódicos dos bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018.....	54
Figura 3 – Produção bibliográfica de mulheres bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018.....	55

.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de bolsas PQ segundo categoria e nível (2015).....	42
Tabela 2 – Número de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas (2015).....	43
Tabela 3 – Número de bolsas PQ segundo categoria e nível em Ciência da Informação (2018).....	46
Tabela 4 – Número de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018).....	47
Tabela 5 – Distribuição de bolsas PQ por região no Brasil e gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018).....	49
Tabela 6 – Formação acadêmica em nível de graduação por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018).....	50
Tabela 7 – Formação acadêmica em nível de doutorado por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018).....	52

LISTA DE SIGLAS

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia

CA – Comitê de Assessoramento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

C&T – Ciência & Tecnologia

CI – Ciência da Informação

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DEAM – Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES – Instituições de Ensino Superior

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

PQ – Produtividade em Pesquisa

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problema de pesquisa	15
1.2	Objetivos	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	Justificativas	17
2	UM BREVE OLHAR SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO	18
2.1	Desigualdades e diferenças	20
2.2	A luta feminista	22
2.3	Conquistas somadas	24
2.3.1	O direito à educação e a inserção da mulher no mercado de trabalho.....	26
3	FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA	30
4	MULHER & CIÊNCIA	33
5	PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	37
6	METODOLOGIA	39
6.1	Universo de pesquisa: a bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq	40
6.1.1	A variável gênero.....	42
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
8	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A questão da desigualdade social entre homens e mulheres perpassa todas as esferas da nossa vida em sociedade, seja no âmbito familiar, do trabalho etc. A desigualdade de gênero também é um fenômeno histórico e cultural, em que ocorre uma discriminação entre pessoas devido ao seu gênero, isto porque até meados do século XX era adotado o modelo unidimensional da determinação biológica. Esse modelo pressupõe que a natureza masculina é diferente da natureza feminina e, portanto, cada sexo – pois até então não existia o conceito de gênero – tem inclinações naturais que vão definir sua personalidade, preferências, atitudes e comportamentos.

Baseados nas diferenças físicas, biológicas e reprodutivas dos gêneros, os discursos sexistas e androcêntricos instituíram a definição de homem e de mulher e o papel que cabe socialmente a cada um. Estes discursos poderosos se naturalizaram e passaram a legitimar a dominação masculina na sociedade, que se faz sentir ainda hoje. (BOURDIEU, 2003).

O poder, nas suas diversas interfaces, solidificou os conceitos de superioridade e inferioridade utilizados para excluir as mulheres do mundo público. Durante um longo tempo foram proibidas de frequentar lugares de estudo e divulgar seus trabalhos, elas eram limitadas ao espaço privado e doméstico e a sua única função era de esposa e mãe.

A ciência sempre foi considerada uma atividade profissional exercida por homens e restrita às mulheres. De acordo com Leta (2003), nas sociedades e academias científicas que se multiplicaram durante o século XVII e XVIII na Europa, o acesso das mulheres decorria da posição familiar que ocupavam, isto é, se eram esposas ou filhas de algum homem da ciência. Ainda assim, desempenhavam o singelo papel de auxiliar e dar suporte aos cientistas.

Esse quadro modificou-se há pouco tempo, somente após a segunda metade do século XX as mulheres tiveram acesso à comunidade científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens. Três fatores foram essenciais para essa conquista: os estudos de gênero e a crítica teórica feminista; a luta do feminismo pela igualdade de direitos entre homens e mulheres; e o apelo para o trabalho feminino durante as guerras, que propiciou maior visibilidade às capacidades das mulheres fora do lar.

As modificações na vida das mulheres tornaram-se ainda mais acentuadas na década de 90 e meados dos anos 2000, quando o campo educacional começou a se tornar majoritariamente feminino, com a massiva participação das mulheres nas universidades.

Entretanto, por mais que as mulheres estivessem ingressando em maior número no ensino superior, sua escolha por determinados cursos, principalmente aqueles ligados ao magistério e à saúde, demonstrava uma condição histórica pré-estabelecida.

Desde a sua inserção no mercado de trabalho, um grande número de mulheres se empregou em profissões que requeiram habilidades de cuidado e zelo, características associadas ao seu papel como esposa e mãe. “Dentre essas profissões podemos citar as empregadas domésticas, secretárias, professoras, assistentes sociais, enfermeiras e bibliotecárias” (FERREIRA, 2003, p. 190), ofícios que se caracterizavam como prolongamentos das atividades exercidas nos espaços privados.

A Biblioteconomia é considerada uma das profissões ditas femininas, porém sua feminização é algo recente, sobretudo após o aumento da tecnicidade do exercício bibliotecário e a sua aproximação com a área da Educação, esta já vislumbrada pelas mulheres. (MARTUCCI, 1996).

A maioria das pesquisas sobre mulher e gênero na Biblioteconomia e na Ciência da Informação apresenta uma situação contraditória, frequentemente percebida em outras áreas: conquanto a Biblioteconomia seja uma área considerada predominantemente feminina, na qual o número de mulheres ingressantes nos cursos de graduação se configura muito superior ao de homens, assim como o de concluintes, o mesmo não se dá no tocante às oportunidades e à ascensão profissional.

Nos programas de pós-graduação, o número de pesquisadoras tem aumentado gradativamente¹, contudo torna-se necessário refletir até que ponto o sucesso e o destaque acadêmico são atribuídos de forma igualitária entre mulheres e homens. Importa, também, considerar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante suas trajetórias e a cobrança imposta pela sociedade acerca de determinados papéis supostamente destinados à mulher, o que pode vir a dificultar o progresso da participação feminina na pesquisa científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Um exemplo disso é o discurso que impera sobre a maternidade e posiciona a mulher como principal responsável pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. De acordo com Silva (2013), o discurso materno é produzido e veiculado socialmente e impõe regras para as

¹ Os dados mais recentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação apontam 165.564 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 138.462, uma diferença de aproximadamente 19%. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 30 ago. 2018.

mulheres, designando como elas devem agir ao “ser mãe”. Ainda, faz com que a mulher pense duas vezes antes de ter filhos ou seguir carreira científica, devido à dificuldade em conciliar ambas as funções.

As pressões às quais as pesquisadoras vivenciam não se dão da mesma forma para os pesquisadores homens, pois dificilmente eles irão se confrontar com a necessidade de escolher entre filhos e carreira, isto porque o papel central na educação e criação dos filhos é conferido à mulher. Um acréscimo a isso é a divisão sexista do trabalho doméstico, já que a maioria dos homens não compartilha as tarefas de casa com suas companheiras².

Além do mais, os preconceitos, a disparidade salarial, o assédio sexual e moral, a falta de apoio de familiares, assim como de incentivo dos órgãos públicos são outras barreiras frequentemente enfrentadas pelas mulheres ao seguirem uma carreira científica e tecnológica.

A ciência, portanto, é ainda hoje uma atividade pautada em características masculinas que envolve compromissos em tempo integral, relações competitivas e produtividade em pesquisa, desconsiderado aspectos relacionados à condição das mulheres. (SILVA, 2013). Dessa forma as pesquisadoras não desfrutam da equidade de ascensão profissional, enquanto os pesquisadores homens se sobressaem em suas trajetórias.

1.1 Problema de pesquisa

A bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estratificada em níveis, é um exemplo de como as mulheres estão restritas às posições de menor hierarquia no campo científico. Em um panorama geral, observa-se que conforme aumenta o nível da bolsa, diminui o número de mulheres.

Estudos sobre o perfil dos pesquisadores de Produtividade em Pesquisa evidenciam o problema de baixo percentual de mulheres à medida que se ascende na carreira científica até mesmo em áreas com predominância feminina como Educação (LEITE; ROCHA NETO, 2017), Psicologia (SACCO, 2016) e Saúde Coletiva (BARATA; GOLDBAUM, 2003).

Logo, a pesquisa orienta-se na seguinte pergunta de partida: em que proporção as mulheres pesquisadoras estão sendo reconhecidas pelos seus méritos acadêmicos e assumindo

² Uma matéria publicada em 2016, sob o título “8 em cada 10 homens não dividem tarefas domésticas com parceiras”, demonstra que 57,5% das mulheres casadas ou em união estável são as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/06/16/8-em-cada-10-homens-nao-dividem-tarefas-domesticas-com-parceiras_a_21687751/. Acesso em: 30 ago. 2018.

posições de destaque em relação aos pesquisadores do gênero masculino nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação?

É necessário investigar a desigualdade de oportunidades na Ciência da Informação para que os problemas sejam expostos e futuramente buscar-se resoluções.

1.2 Objetivos

As mulheres são maioria na população brasileira, há 27 anos predominam entre os que cursam ensino superior e representam 49% das bolsistas do CNPq, a principal agência de fomento à pesquisa no Brasil. Mas, ao longo da carreira, seus esforços científicos e conquistas não recebem o mesmo reconhecimento que aqueles recebidos pelos homens, fenômeno conhecido como “efeito Matilda³”.

Em vista disso, a participação das mulheres na ciência tem sido objeto de estudo em diversas áreas, na busca de evidenciar a tendência à perpetuação das desigualdades entre gêneros nesse campo.

Os objetivos da pesquisa estão dispostos a seguir em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar a participação das mulheres pesquisadoras no campo científico em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar dados sócio-históricos para compreender a inserção e a participação da mulher na ciência moderna;
- b) Investigar a composição por gênero dos pesquisadores do CNPq que recebem bolsas de Produtividade em Pesquisa na área de Ciência da Informação;
- c) Calcular se a distribuição de bolsas de Produtividade em Pesquisa é realizada de forma igualitária entre homens e mulheres;
- d) Conhecer a trajetória acadêmica e profissional das mulheres pesquisadoras na referida área.

³ Barreiras que as mulheres enfrentam para ter seus trabalhos reconhecidos, em alusão ao efeito Mateus, elaborado por Robert Merton.

1.3 Justificativas

A escolha por esse tema é fruto das indagações da discente no decorrer da graduação em Biblioteconomia, que se questionava, logo nos primeiros períodos do curso, o porquê da presença massiva das mulheres na área. Passou então a entrar em contato com trabalhos e assistir palestras sobre questões de gênero na Biblioteconomia para amenizar suas indagações. Assim que pode, começou a dissertar sobre as mulheres em sala de aula.

Na primeira reunião com a professora Bruna Nascimento, a mesma sugeriu focar a pesquisa no campo científico, pois a superioridade feminina nos cursos de Biblioteconomia e exercendo a profissão bibliotecária era incontestável, porém, e quanto à atuação científica na área? As mulheres pesquisadoras em Biblioteconomia e Ciência da Informação são maioria ou minoria? Há diferenças no tocante a oportunidades entre homens e mulheres? A produtividade é a mesma para ambos?

O estudo focalizará a Ciência da Informação como área de pesquisa, visto que é conhecida por ser um campo interdisciplinar relacionada a outras áreas como Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social e Museologia, e pela preferência dos graduados em Biblioteconomia ao optar pela pós-graduação na área de CI.

A escassez de pesquisas em Ciência da Informação sobre a presença feminina na área motivou a discente a analisar os dados do projeto e a realizar o estudo que configuram esta monografia. É importante ressaltar que temos grandes pesquisadoras na área, e mais importante ainda, que essas mulheres ultrapassaram as barreiras acadêmicas e possivelmente as desigualdades de ascensão profissional para estar onde se encontram.

2 UM BREVE OLHAR SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO

Os estudos de gênero hoje se mostram imprescindíveis para entender a história das relações sociais entre mulheres e homens, e como estes são construídos enquanto sujeitos sociais. Dessa forma, "a categoria gênero surge a fim de dar conta da discussão acerca da subordinação da mulher, sua reprodução e as várias e diversas formas que sustentam a dominação masculina na sociedade, através da desigualdade de gênero imposta." (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012, p. 227).

A concepção de gênero tal como conhecemos hoje é algo recente, surgiu no final de 1960 e como objeto de estudo passou a ser analisado deste então. O psiquiatra Robert Stoller cunhou o conceito moderno do termo ao realizar uma pesquisa com meninos e meninas, que, por conta de problemas anatômicos foram criados como se fossem do sexo oposto, assim, Stoller estabeleceu a diferença entre sexo e gênero.

A partir da pesquisa de Stoller⁴, sexo seria compreendido como uma categoria biológica, que demonstra que o ser humano, como espécie, precisa de diferenciação sexual para se reproduzir, em contrapartida, gênero compreenderia uma categoria psicológica que aponta os comportamentos atribuídos e esperados de cada sexo. (SICILIANO, SOUZA, METH, 2017).

Considerada por unanimidade a expoente dos estudos de gênero, anterior a pesquisa de Stoller e antes de se conceituar gênero, a autora francesa Simone de Beauvoir na sua obra de maior importância, *O segundo sexo*, de 1949, levanta o seguinte questionamento: o que é uma mulher?

A autora acreditava que para ser mulher não basta ser do sexo feminino, apoiada na sua frase mais icônica "não se nasce mulher, torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1980, p. 13). Dessa maneira, Beauvoir é a primeira a distinguir o aspecto social do sexo feminino de seu aspecto biológico.

Muitos autores lançaram interpretações distintas sobre gênero, o que dificulta a definição do termo, por conta disso, no momento desenvolve-se uma compreensão que se aproxima de Beauvoir e seus seguidores. Gênero seria, portanto, os aspectos socioculturais construídos historicamente, e não as determinações biológicas, que acaba por definir os

⁴ STOLLER, Robert. **Sex and gender**: on the development of masculinity and femininity. [s. l.]: Science House, 1968.

indivíduos. Isto é, por exemplo, comportamentos, preferências, gostos, a forma de se vestir, falar e andar, relacionadas ao "ser homem" e "ser mulher".

Destarte, para tornar-se homem ou mulher, o indivíduo se submete a um processo chamado de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura de uma sociedade tem em relação a cada sexo. Assim, ao nascer, uma pessoa deve ter uma determinada conduta e seguir normas e comportamentos "aceitáveis" de acordo com seu gênero.

Em suma, segundo a autora Joan Scott (1995), gênero pode ser entendido como uma maneira de indicar as "construções culturais" que estabelecem socialmente diferentes papéis para homens e mulheres e ditam como cada qual deve se comportar. Essa abordagem, defendida e amplamente usada por uma parte significativa das correntes feministas, contesta o pensamento determinista do final do século XIX que usava a biologia para explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros.

Ainda sob o ponto de vista de Scott (1995), é necessário entender gênero enquanto relação, afinal, gênero "é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 86). Essa diferenciação entre os sexos determina um sistema de divisão sexual de papéis, transpassada pelas relações de poder, que pode ser elucidada na fala de Bourdieu (2001, p. 41):

Cabe aos homens, situados do lado do exterior do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde, com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes.

Ou seja, efetivamente, cabem aos homens as tarefas na produção de bens materiais e às mulheres o cuidado dos filhos e do lar. Essa separação implica que existam atividades de homens e outras de mulheres e que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, sugerindo uma suposta superioridade masculina e uma suposta inferioridade feminina.

Logo, quando falamos de relações de gênero estamos falando de relações de poder e submissão, à medida que as relações existentes são relações desiguais e assimétricas que condicionam a mulher subjugada aos homens e ao domínio patriarcal. (COSTA, 2008).

Gênero é uma forma de significar relações de poder, uma vez que “dizer o que é ser homem, o que é ser mulher, atribuir significados, papéis e funções diferenciadas a partir dessa identidade vai estabelecer relações de poder que por vezes colocará os sujeitos em polos opostos e desiguais”. (COSTA, SILVEIRA, MADEIRA, 2012, p. 226).

A articulação entre as categorias relações de gênero e poder é imprescindível para o desvendamento da desigualdade entre homens e mulheres que ainda é operante na sociedade atual. Além disso, o conceito de gênero está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo. Portanto, é necessário que se recupere todo o processo para compreender o peso dessa pequena palavra de três sílabas.

2.1 Desigualdades e diferenças

Para a teoria crítica feminista, as relações de gênero e poder "são pautadas por um estrito senso de territorialidade, que coloca ambos os sexos em patamares desiguais na hierarquia social, o que leva ao exercício de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino." (ALMEIDA, 2011, p. 166).

O autor Michel Foucault afirma que

poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a **relações desiguais** e móveis; [...] **são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio** que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações. (FOUCAULT, 1999, p. 89, grifo nosso).

O poder é entendido, por conseguinte, como manifestações de correlação de forças centralizadas na opressão, que sugere um dominador (homem) e um dominado (mulher), arraigado nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais. (SILVA, 2012).

Por conta disso, durante um longo período de tempo, muitas mulheres se limitaram às restrições de espaços e ao controle de suas condutas a partir de uma dimensão de mando e subordinação.

A consequência era a imposição da vivência da mulher predominantemente em âmbito doméstico. Seu papel como mera reprodutora a mantinha reprimida no espaço privado, tornando inviável o direito de estudar e trabalhar fora de casa, restringindo a participação feminina na história e nos rumos da humanidade.

Ainda, a dominação masculina tem submetido a mulher à uma posição de submissão, que contribui, dentre as tantas formas de abuso, para a violência de gênero nas suas diversas

expressões, como a violência sexual, a violência psicológica, a discriminação entre outras formas de violação. A violência contra a mulher fez parte de um processo de naturalização, conforme Safiotti (2001, p. 115 *apud* GOMES, 2017, não paginado),

No exercício da função do patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas. Recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. [...] a execução do projeto dominação-exploração da categoria homem exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

Chegaria um momento em que as mulheres se manifestariam contra todas as formas de opressão adquirindo mudanças significativas em suas realidades. Contudo, apesar dos progressos obtidos nas últimas décadas, a mulher ainda encontra dificuldades, como por exemplo, as decorrentes do acúmulo de atividades provenientes da entrada no mercado formal de trabalho e gerenciamento da vida familiar, às quais incluem as funções de cuidar e educar os filhos, além dos serviços domésticos, que não são divididas em comum com seus parceiros. Portanto, de acordo com Schmitt (2016), a elevação social da mulher veio sobrecarregada de deveres.

Em vista disso, é necessário, para além da luta a favor da igualdade de gênero, conhecer melhor as potencialidades e limitações que as mulheres possuem, para harmonizá-las em benefício de todos e, particularmente, delas mesmas. Por mais que a luta por direitos igualitários seja incontestável, precisa-se entender que homens e mulheres são diferentes, e que até as próprias mulheres são diferentes entre si.

Essa questão é um tanto controversa, pois acaba justificando a discriminação das mulheres em função da essência feminina. Segundo Araújo (2005), o discurso essencialista, uma das perspectivas no debate da diferença entre os sexos, exalta a “diferença sexual” como forma de reação ao ideal de igualdade. A outra perspectiva, denominada culturalista, por sua vez, vislumbra a superação da ordem e das leis patriarcais de forma a eliminar as diferenças sexuais.

Ainda há uma terceira perspectiva, desenvolvida por Françoise Collin (1992), que propõe a dialética entre os conceitos antagônicos de igualdade e diferença baseando-se no princípio de pluralidade, criando uma categoria que não só respeita as diferenças como necessita delas.

Essa perspectiva plural vislumbra as diferenças entre o masculino e o feminino e, principalmente, a própria pluralidade de cada um. Lauretis (1986) contesta que se torna necessário nos dias de hoje

um quadro de referência feminista que sirva para tudo que não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e reajustável, a partir da própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir de nossa diferença em relação à Mulher e das diferenças entre as mulheres; diferenças que [...] são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto com o gênero ou a sexualidade. (LAURETIS, 1986, p. 14).

O movimento feminista, ao longo do tempo, irá contestar a hegemonia das mulheres brancas, heterossexuais, urbanas e de classe média, abrindo espaço para um diálogo multiforme que inclui mulheres negras, pardas, lésbicas, bissexuais, transexuais, pobres, da periferia e do campo, de diferentes religiões e culturas, dando voz a todas para que possam lutar pela igualdade de suas diferenças.

2.2 A luta feminista

Toda a opressão sujeitada pelas mulheres não foi vivida sem revoltas. Durante o decurso da história, as mulheres lutaram contra os sistemas de dominação, discriminação e abusos. É possível afirmar que sempre que alguém reivindicou a igualdade de mulheres perante os homens houve uma manifestação feminista. Entretanto, quando se pretende referir ao feminismo como um movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX.

O feminismo compreende movimentos sociais e políticos que buscam construir direitos igualitários para homens e mulheres. Ainda, são teorias e filosofias que pregam a igualdade entre os gêneros, além de elucidar a percepção coletiva de que existe uma opressão e exploração sob as mulheres e de que foram objeto de sujeição por parte dos homens, e ainda o são.

Na virada para o século XX, o sucesso do sufrágio⁵ contribuiu para dar maior visibilidade e expressividade à luta contra a discriminação feminina. Com uma amplitude inusitada, o movimento sufragista avançou por vários países ocidentais, e passou a ser conhecido como a “primeira onda do feminismo”. (LOURO, 2003).

No final da década de 1960, o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, volta-se para as construções teóricas, dando início a assim denominada “segunda onda do feminismo”. “No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes,

⁵ Movimento social, político e econômico que objetivava estender o direito do voto às mulheres.

de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.” (LOURO, 2003, p. 15).

Louro (2003) destaca o ano de 1968 como um marco da contestação e da rebeldia.

A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta, a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há algum tempo. França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. (LOURO, 2003, p. 15-16).

Nesse contexto de transformação social e política que o movimento feminista contemporâneo encontra margem para reivindicar garantias como autonomia econômica e direitos trabalhistas, de ter propriedades e contratos, salários equiparados, licença-maternidade, direitos sobre o próprio corpo, direitos sexuais e reprodutivos, proteção contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro. (MELO; THOMÉ, 2018).

Entretanto, o movimento feminista não é só um. Em determinado momento, as mulheres se deram conta de que possuíam demandas diferentes. As necessidades das mulheres brancas, por exemplo, se diferenciavam das mulheres negras ou das mulheres trans. Por isso, as pautas feministas foram se diversificando e se organizando em torno de demandas de grupos específicos, surgindo assim diversas vertentes do feminismo.

São três as vertentes de relevo que dão origem a uma infinidade delas: 1) o feminismo liberal, que despontou durante a Revolução Francesa e tentou radicalizar o projeto igualitário Iluminista, de forma que este pudesse ser coerente, reivindicando a inclusão das mulheres; 2) o feminismo marxista, que acreditava que a causa da subordinação feminina advinha da organização da economia e do mundo do trabalho, reivindicando assim a abolição da propriedade privada e a transformação da divisão sexual do trabalho; 3) o feminismo radical, que cotestava o funcionamento do patriarcado e as experiências de opressão em comum vividas pelas mulheres, manifestando-se no controle dos corpos femininos, especialmente pelo controle da maternidade e da sexualidade das mulheres.⁶

Destas surgiram ainda o feminismo negro, o feminismo interseccional e o feminismo *queer*, de pautas mais recentes que demonstram diferentes raízes para o problema da opressão

⁶ Disponível em: <http://pandoralivre.com.br/2015/08/26/entenda-os-diferentes-feminismos/>. Acesso em: 10 set. 2018.

feminina e diferentes formas de combater essa questão, contudo, buscando um objetivo em comum: a emancipação de todas.

2.3 Conquistas somadas

A história dos movimentos em prol dos direitos das mulheres começa a ter marcos mais claros de resistência nas vésperas da Revolução Francesa e com a independência dos Estados Unidos.

É válido ressaltar que as revoluções são momentos oportunos para a ampliação de direitos das mulheres, pois, como participantes do processo revolucionário, elas se aproximam da atividade política: saem do espaço privado de seus lares para entrar na participação pública nas ruas. (MELO; THOMÉ, 2018).

O que ocorreu com a Revolução Francesa viria a se repetir posteriormente em outras revoluções, entre elas, a russa e a mexicana. As revoluções, para Cano (2006), ao derrubar os sistemas existentes, tendem a enfraquecer também os modelos patriarcais de dominação, reduzindo a autoridade das elites sobre as massas, bem como dos homens sobre as mulheres.

Por mais que estes movimentos revolucionários não contassem com a participação ativa das mulheres, a Revolução Francesa, em especial, ajudou as mulheres na expansão dos seus direitos civis, que até então eram bastante limitados. Entre esses direitos, estava o livre consentimento para o casamento e igualdade na sucessão. Essas simples conquistas demonstram como as lutas das mulheres são travadas por séculos até que ocorra alguma transformação. (MELO; THOMÉ, 2018).

O início do século XX foi pleno em movimentos revolucionários e conseqüentemente de conquistas femininas. A Primeira Guerra Mundial que eclodiu em 1914 é considerada um marco na ampliação de direitos das mulheres, uma vez que estas passaram a ocupar espaços dos quais antes estavam afastadas. Segundo Melo e Thomé (2018), depois de muito tempo, elas finalmente conseguiram integrar os corpos de guerra, tarefa até então considerada exclusiva dos homens. Ainda, com os homens deslocando-se em grande quantidade para os campos de batalha, as mulheres ficaram responsáveis pelos seus postos de trabalho.

As primeiras conquistas, portanto, tiveram profundo impacto nas estruturas familiares, ao mesmo tempo em que “acelerou as demandas das mulheres por educação e trabalho e aumentou as expectativas de conquistar mais direitos, levando assim à campanha nos anos 30 em prol do sufrágio.” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 48).

As conquistas femininas que construíram a história do Brasil tiveram início no século XIX, porém, até a década de 80 do século XX, as mulheres brasileiras, em muitos casos, viviam situações de submissão constitucional e eram discriminadas. Isso porque antes da Constituição Federal de 1988 não se estabelecia a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Destaca-se algumas conquistas das mulheres brasileiras, somadas ao longo dos anos, sendo a maioria de êxito recente:

- a) Escolaridade: em 1827, surge a primeira lei sobre educação das mulheres, permitindo que frequentassem as escolas elementares;
- b) Ensino superior: a partir de 1879 as mulheres têm autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior, entretanto, essa medida foi acompanhada de grande desaprovação por parte da população, que criticou e ridicularizou veemente as mulheres que seguissem este caminho;
- c) Sufrágio: no Brasil, o direito ao voto para as mulheres foi autorizado em 1932 e a principal referência desta luta é a bióloga Bertha Lutz;
- d) Trabalho fora de casa: de acordo com o Código Civil de 1916, a mulher só poderia trabalhar fora de casa se o marido permitisse, entretanto, essa situação mudou em 1962, especialmente graças às advogadas Romi Medeiros da Fonseca e Ormindia Ribeiro Bastos, que escreveram o texto da lei que contribuiu para mudar as questões sobre a incapacidade jurídica da mulher casada;
- e) Direito de ter menos filhos: com o começo da comercialização da pílula anticoncepcional em 1961, a mulher finalmente pode ter controle sobre sua fertilidade, além do mais, possibilitou que ela se relacionasse com mais parceiros, mantivesse relações sexuais antes do casamento e optasse por não ser mãe;
- f) Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM): a criação da primeira delegacia de assistência exclusiva às mulheres ocorreu em 1985 em São Paulo;
- g) Cotas na política: em 1997, foi sancionada a Lei 9.504 que garante a reserva de, no mínimo, 30% de mulheres candidatas durante as eleições.
- h) Direitos trabalhistas: com a implementação e aperfeiçoamento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), hoje a mulher tem direito, por lei, a igualdade salarial, licença-maternidade e garantia de emprego durante a gestação;
- i) Lei Maria da Penha: sancionada em 2006, pelo então presidente Lula, a lei julga crimes de violência doméstica e cria medidas de prevenção e proteção às vítimas;

- j) Eleição de Dilma Rousseff: a primeira mulher a ocupar o cargo mais importante do país foi eleita em 2011, 122 anos após a instauração do sistema republicano no Brasil;
- k) Reconhecimento do feminicídio: em 2015, a presidente Dilma sancionou a Lei nº 13.104, que tipifica no Código Penal brasileiro homicídio contra a mulher simplesmente por pertencer ao sexo feminino.

2.3.1 O direito à educação e a inserção da mulher no mercado de trabalho

Por muitos anos as mulheres brasileiras não puderam frequentar as escolas de educação básica. Confinadas na esfera privada, não cabia a elas o conhecimento linguístico e matemático e muito menos ser educada para aprender uma profissão, este era um direito exclusivo dos homens.

No entanto, como visto, a primeira lei instituindo a educação também para as mulheres surgiu em 1827. Ainda assim, a oferta era de uma educação diferenciada, limitada dentro dos preceitos morais, direcionada aos interesses das famílias e da sociedade. “Na realidade, o fim último da educação era para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada.” (ALMEIDA, 1998, p. 19).

Atualmente, a Constituição Federal assegura o direito igual de todo cidadão brasileiro ter acesso educação independente do seu sexo, raça ou condição social. Porém, é incontestável que ainda há diferenças no país entre a escolaridade de homens e mulheres, assim como de brancos, negros e pardos, de ricos e pobres.

Outra diferença clara está no nível de instrução das mulheres da cidade e das mulheres do campo. “Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2007 [...], a escolaridade média nas regiões urbanas é de 7,4 anos. Já nas áreas rurais, a situação é diferente: a média é de 4,5 anos.” (DIREITOS..., 2011, p. 10). Esses índices demonstram a importância da luta por condições igualitárias para as mulheres pobres das regiões rurais e também periféricas, que não usufruem de suas garantias geralmente devido à escassez de recursos e investimentos governamentais nessas localidades.

Quando o assunto são as mulheres que cursam faculdade – vale ressaltar que o direito de cursar o ensino superior foi conquistado somente em 1879 sob contestação da população – os indicadores em relação a presença feminina no quesito números são favoráveis. No ano de 1996, dentre todas as pessoas que cursavam o ensino superior no Brasil, 55,3% eram mulheres. Em 2006, esse número subiu para 57,5%. Entretanto, o grande problema é o

reconhecimento, visto que, mesmo com mais escolaridade que os homens, o rendimento delas é bem menor que o deles. As mulheres com certo nível de instrução ganham 70% do salário de um homem com a mesma escolaridade. Quando ambos estudaram cerca de 12 anos, ela ganha um pouco mais da metade do salário dele, aproximadamente 58%. (DIREITOS..., 2011).

Segundo dados do IBGE⁷, as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de acima de 25 anos têm maior participação são: educação (83%), humanidades e artes (74,2%), saúde e bem-estar social (69%) e ciências sociais, negócios e direito (50%). Também pode ser percebido que em nenhuma delas a mulher recebe rendimentos iguais ou superiores aos homens. A concentração das mulheres em áreas consideradas nichos femininos há décadas confirma uma continuidade do sexismo presente na sociedade e pode significar que a mulher ainda encontra dificuldades e inseguranças para escolher profissões para as quais não tenha sido socializada.

Sobre a presença massiva das mulheres em determinadas áreas, para Lagrave (1991, p. 524), “o efeito mais sutil e violento da dominação masculina no sistema escolar é realmente o de fazer assumir pelas mais desmunidas as escolhas que presidem a sua própria desvalorização”. Fizeram-nas acreditar que eram desprovidas de capacidade intelectual, sobretudo para entender as ciências mais abstratas, como a matemática, a física, a filosofia.

Em relação à ida das mulheres para o mercado de trabalho, é evidente que, em determinado momento, ficar em casa cuidando da família já não era mais o perfil da maior parte das mulheres brasileiras, uma vez que, com o conhecimento e reconhecimento de seus direitos, passou a valorizar sua independência e a realização profissional.

No decorrer do século XX, as mulheres primeiro se ocuparam nas atividades agrícolas, no setor industrial e no emprego doméstico remunerado. Depois, inseriram-se nas atividades de comércio, serviços pessoais (sobretudo os serviços domésticos) ou naqueles prestados a empresas. O serviço doméstico remunerado foi a primeira ocupação feminina e com a maior predominância de mulheres até hoje (94%). (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014). Uma situação infeliz é que a profissão de trabalhadora doméstica é constantemente reduzida, por ser considerada menos qualificada, apresenta remuneração baixa e, em muitos casos, é visto o desrespeito aos direitos trabalhistas com a ausência de carteira de trabalho assinada.

⁷ As Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, produzidas pelo IBGE, apontam que as mulheres possuem formação em áreas que auferem menores rendimentos, estão mais presentes no mercado de trabalho, mas continuam ganhando menos e caminham mais lentamente rumo à formalização. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

O trabalho doméstico, portanto, tem a profunda marca da discriminação na qual a sociedade patriarcal define a vida das mulheres. A percepção da sociedade sobre a ocupação não se alterou, permanece nos dias de hoje como uma obrigação feminina.

Observa-se que maior parte da mão de obra feminina está nos setores relacionados de certa forma a reprodução da vida, como educação, saúde, serviços domésticos, serviços sociais, alojamento e alimentação, enquanto os homens estão presentes em maior número nos setores de agropecuária, indústria e construção civil, por sua vez, relacionados à produção de bens materiais. De acordo com Melo e Thomé (2018), isso implica que o mercado de trabalho é extremamente sensível ao papel tradicional da mulher.

Mais uma vez é clara a colocação da mulher em posições determinadas para sua condição (condição criada por um sistema) sem chance de escolhas. Dessa forma, as mulheres contribuem para manter as características afetivas e morais exigidas pela sociedade. (ALVES, 2017).

Esse fenômeno esclarece a feminização ao longo do tempo de algumas profissões. Entende-se que por serem profissões com maior predominância de mulheres são sujeitas a desvalorização, ocasionando o alcance de menores salários e a discriminação do trabalho feminino. Para tanto, faz-se necessário compreender os conceitos de segregação horizontal e vertical advindos das relações de gênero/poder, que ilustram as questões atuais enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

O primeiro conceito diz respeito justamente a distinção de profissões para homens e mulheres e as diferenças salariais e ocupacionais resultantes desta diferenciação. Para Forrest (2014), é o que faz as mulheres continuarem exercendo ocupações consideradas femininas, como as de assistente social, professora, enfermeira e secretaria, portanto realizando funções que reproduzem as atividades destinadas a elas.

O segundo conceito diz respeito à ideia errônea de que a mulher não estaria apta a ocupar altos cargos em empresas ou ser liderança máxima de uma companhia. Também conhecida como segregação hierárquica,

caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações. É observado mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino. (VAZ, 2013, p. 765).

Na literatura utiliza-se a expressão "teto de vidro", que seria a invisibilidade dos obstáculos que limitam e dificultam a ascensão das mulheres na carreira profissional, uma vez

que não existem barreiras formais que justifiquem o fato de as mulheres não conseguirem ascender profissionalmente na mesma proporção que os homens. (SCHIEBINGER, 2001).

Não são poucos os casos em que as mulheres precisam de esforço redobrado para chegar a um cargo de confiança e ganhar respeito de seus subordinados, além de estarem sempre provando que são competentes para inserir-se e permanecer nesse mercado desigual.

Diante o exposto, mostra-se pertinente entender como se deu a feminilização e a feminização⁸ da profissão bibliotecária, em busca de compreender como foram construídos os mecanismos sobre os quais estão alicerçadas sua desvalorização.

⁸ A feminilização é o aumento quantitativo de mulheres na composição de uma profissão ou ocupação no mercado de trabalho, já a feminização é a sua significação e seu valor social. (YANNOULAS, 2011).

3 FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Por mais que hoje a Biblioteconomia seja dominada pela presença das mulheres, ela surge como uma profissão masculina, visto que os primeiros a exercer a função de guardar e preservar o saber foram os homens: filósofos, teólogos, literatos, em sua grande maioria denominados bibliófilos, conhecedores dos livros, intelectuais e eruditos.

Basta lembrar que durante a maior parte da história dos povos basicamente todas as áreas eram de domínio masculino e que as mulheres não tinham acesso à educação básica nem superior, muito menos ao trabalho formal e desconheciam os espaços das bibliotecas, tanto como leitoras quanto funcionárias.

Segundo Sousa (2014), a primeira mulher a ser contratada em uma biblioteca foi em 1852, na *Boston Public Library*, entretanto, para exercer serviços de limpeza. Somente em 1856, a primeira mulher foi admitida para assumir o cargo de bibliotecária pela *Boston Athenaeum*. Nessa época, para a posição de bibliotecário, exigia-se um nível de conhecimento e habilidades das quais mulheres não poderiam dispor.

No Brasil, a Biblioteconomia foi tida como uma profissão aristocrática, que via o bibliotecário como intelectual e a biblioteca como local de elite que buscava a organização sistemática do conhecimento científico. (SOUSA, 2014). Somente os indivíduos do sexo masculino de classe econômica alta teriam condições de apresentar “algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francês e do inglês, de história e de literatura geral [...] um diploma acadêmico, como o de bacharel em letras ou em ciências” (FONSECA, 1992, p. 112). Estes requisitos eram os exigidos à vaga de bibliotecário no final do século XIX em um relatório da Biblioteca Nacional, onde futuramente seria implementado o primeiro curso de Biblioteconomia no país.

Portanto, a função intelectual e erudita do bibliotecário brasileiro está diretamente relacionada à figura masculina e irá persistir até o início do século XX como um ideal, quando o modelo tecnicista norte-americano passa a influenciar a formação do profissional bibliotecário limitando e até substituindo o modelo francês de caráter humanista. Isso “levou as escolas de biblioteconomia a adotarem um ensino, cuja preocupação era a técnica em detrimento de um ensino mais voltado para questões sociais.” (FERREIRA, 2003, p. 196).

Por conta disso, um novo perfil de bibliotecário começou a se desenvolver, de forma a se adequar com as exigências da sociedade. Era necessário que os novos profissionais tivessem: a) ordem, visando a ampliação e a perfeita organização dos acervos, que requer um espírito sistemático e analítico; b) detalhismo, principalmente na hora de classificar e

catalogar as obras, para a elaboração de fichários impecavelmente alfabetados; c) educação e bons costumes na interação com os leitores, mostrando-se sempre tratável e simpático.

Essas características estão relacionadas ao feminino e justifica a entrada das mulheres na Biblioteconomia que ocorre nesse período, de forma mais significativa a partir das décadas de 50 e 60. Walter e Baptista (2007) destaca que historicamente, as profissões associadas à mulher são aquelas cujo exercício demanda comportamentos e atitudes relacionadas àquelas de dona de casa, esposa e mãe, como, por exemplo, ordenação, asseio, cuidar, educar e servir pessoas.

Para Martucci (1996), assim fica claro o casamento da imagem social da mulher com a imagem do profissional bibliotecário, pois

a mulher é considerada um ser puro, delicado, submisso, passivo, leal, obediente, conservador, com respeito à autoridade e hierarquia, de grandes qualidades morais [...]; esta imagem proporciona seu ingresso em profissões até hoje reputadas como femininas, em virtude de serem consideradas pela ideologia patriarcal como extensões extra-domésticas das funções domésticas, surgidas pelo desenvolvimento dos serviços públicos do Estado assistencial, como é o caso da bibliotecária. (MARTUCCI, 1996, p. 242).

Seguindo esse raciocínio, Botassi (1984) analisa a escolha das mulheres pela profissão bibliotecária

o motivo que nos levou a ela, para além das circunstâncias, foi o de termos escolhido uma profissão adequada “à nossa natureza” feminina, considerando que as (os) profissionais somos uma maioria de mulheres. Assim, enquanto mulheres, de acordo com nossa formação, seríamos levadas a prestar serviços ou cuidados e se não bibliotecárias, seríamos enfermeiras, assistentes sociais, ou exerceríamos profissões “úteis” à sociedade, de “natureza feminina”. (BOTASSI, 1984, p. 3).

Dessa forma, os papéis idealizados como femininos no âmbito privado são refletidos nas profissões. Na biblioteconomia, especialmente, a mulher é condicionada a tratar a informação e o usuário com passividade, cuja consequência seria a não atuação como seres pensantes, com papel passivo, submisso e dependente das regras da instituição. (BOTASSI, 1984).

Essa condição das profissões ditas femininas corrobora para a sua desvalorização, baixo status e pouco prestígio, assim como para a construção de um estereótipo e uma imagem negativa do profissional desenvolvida ao longo de sua trajetória, como é o caso do bibliotecário, e que, por conta disso, assim como professores, enfermeiros e assistentes sociais, é considerada uma “semi-profissão”.

O desconhecimento dos méritos e do valor da profissional bibliotecária é uma das causas para os salários reduzidos e outros entraves, como o crescimento da profissão e dos seus profissionais.

Um exemplo disso está em um acontecimento relacionado a Melvil Dewey, um dos primeiros a inserir mulheres na profissão, entretanto,

Dewey só tomou a atitude de contratar mulheres para a função de bibliotecário para rebaixar a profissão, uma vez que para ele as mulheres eram socialmente subalternas, o que refletia a subordinação que bibliotecários deveriam ter frente a professores e pesquisadores. [...] Dewey pensou em aspectos práticos, como economia dos recursos das bibliotecas, sempre tão escassos: ao se contratar mulheres, poderia se pagar menores salários para as mesmas e, assim, economizar recursos para setores mais importantes. (PIRES, 2016, p. 38).

Portanto, é evidente os aspectos da segregação horizontal e vertical na Biblioteconomia resultantes das questões de gênero. Hoje as mulheres constituem a maioria dos profissionais em quase todos os estados brasileiros, visto que “os dados apontam que mais de 80% dos profissionais bibliotecários no país são mulheres” (FERREIRA; VEIGA, 2013, p. 6), fato que evidencia a segregação horizontal.

A segregação vertical é evidenciada “ao observar que a quantidade de mulheres atuantes na profissão não é proporcional às chances que as mesmas têm de ascender profissionalmente e ocupar cargos de poder dentro das instituições em que trabalham” (FORREST, 2014, p. 35). De acordo com Ferreira e Veiga (2013), os poucos lugares de poder na Biblioteconomia estão ocupados por homens.

O trabalho científico, assim como a Biblioteconomia, é uma profissão que nasceu masculinizada, porém, com as conquistas em diversos setores da sociedade as mulheres reivindicaram seu espaço na Ciência. Diferente das bibliotecárias, as cientistas ainda estão crescendo em número e é possível observar que a desigualdade de gênero é ainda mais suntuosa na atividade científica.

4 MULHER & CIÊNCIA

Atualmente, é possível perceber um número expressivo de mulheres também em instituições de pesquisa. Os avanços significativos da participação feminina na educação e no mercado de trabalho podem ser igualmente vistos no campo científico e, da mesma forma, não fogem à tendência de se concentrar em determinadas áreas vinculadas a imagem da mulher atribuída historicamente.

A editora científica Elsevier⁹ divulgou um relatório detalhado que mostra o crescimento da participação feminina na ciência nos últimos vinte anos. No segundo período analisado – anos de 2011 a 2015 – percebe-se números representativos da paridade de gênero no Brasil, com mulheres constituindo 49% da população de pesquisadores. (BOLZANI, 2017).

Bolzani (2017) salienta que, quanto aos gêneros dos pesquisadores registrados no CNPq, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência dos países em desenvolvimento, os 128,6 mil pesquisadores estavam divididos igualmente entre homens e mulheres. Em 2010, elas chegaram a ultrapassar por pouco o número de homens como líderes dos grupos de pesquisa registrados no conselho.

A situação volta a se apresentar desigual quando analisada a distribuição das bolsas de Produtividade em Pesquisa, considerada uma premiação ao mérito acadêmico. É demonstrado que

em 2011, havia 62,8% de homens PQ nível 2 (início de carreira) e 37,2 % de mulheres para o mesmo nível. Bolsas PQ nível 1A, concedidas a pesquisadores seniores de excelência nas áreas de atuação, totalizavam 77,7% para homens e 22,3 para mulheres. Em 2015, as mulheres representavam 24,6% dos bolsistas PQ nível 1A. O pequeno aumento percentual nesse nível altamente competitivo demonstra que o reconhecimento do mérito acadêmico das cientistas brasileiras ainda é bastante insignificante. (BOLZANI, 2017, p. 58).

As bolsas de produtividade são um exemplo claro de que ainda existem obstáculos para as mulheres ao alcançar níveis de maior hierarquia e prestígio acadêmico, revelando que o "teto de vidro" é um dos maiores empecilhos na construção das carreiras científicas das mulheres.

⁹ O relatório divulgado em 2017 pela editora científica Elsevier, intitulado “*Gender in the global research landscape*”, mostra o aumento na proporção de mulheres entre cientistas e inventores registrados nos últimos anos em um conjunto de 12 países e regiões e 27 áreas do conhecimento. Disponível em: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

Para González García e Pérez Sedeño (2002), a discriminação baseada no gênero na ciência é resultado das barreiras estruturais e institucionais que existem desde o nascimento da ciência moderna. Essa discriminação, hoje em dia, não existe explicitamente nas instituições científicas, entretanto, sua abolição é muito recente.

O acesso a instituições científicas era proibido para mulheres até datas incrivelmente próximas. González García e Pérez Sedeño (2002, não paginado, tradução nossa) remonta a segunda metade do século XIX:

Elas tiveram que passar vários séculos para que, como grupo, e não a exceção estranha, fossem admitidas nas universidades. Nas universidades suíças não foram aceitas até a década de 1860, na francesa até 1880, na alemã até 1900 e na inglesa até 1870. As universidades americanas não eram muito diferentes. [...] As academias científicas demoraram mais para admitir mulheres. Duas mulheres (Marjory Stephenson e Kathleen Lonsdale) foram as primeiras a serem admitidas na *Royal Society* em 1945, embora tivessem quase trezentos anos de idade. Em 1979, Yvonne Choquet-Bruhat foi a primeira mulher a entrar nas *Académie des Sciences* francesa, fundada em 1666. As primeiras mulheres espanholas para acessar academias científicas eram Maria Cascales (*Royal Academy of Pharmacy*, em 1987) e Margarita Salas. [...] No caminho havia figuras como Marie Curie, que perdeu, por dois votos, a possibilidade de ingressar na *Académie de Sciences*. de Paris um ano antes de ser agraciada com seu segundo prêmio Nobel em 1910.

Gonzalez García e Pérez Sedeño (2002) sustentam a ideia de que o baixo número de mulheres fazendo ciência não é devido a falta de interesse ou competência, mas à uma condição em que as regras institucionais não devem entrar em conflito com os valores sociais, valores política e ideologicamente masculinos.

Dessa forma, a ciência foi constituída numa cultura baseada nos valores masculinos, visto que o trabalho científico pressupõe características como racionalidade, competitividade e objetividade, associadas ao homem. A exclusão das mulheres era legitimada pois as associavam a características consideradas impróprias, como irracionalidade, passividade, ternura, emotividade e subjetividade.

Nota-se a existência de pares dicotômicos, por exemplo, racionalidade/irracionalidade, estes são sexualizados uma vez que o primeiro elemento do par corresponde ao masculino e o segundo ao feminino, além do mais, a ordem sugere que o masculino é sempre tomado como referência. Silva e Ribeiro (2014, p. 447) apontam que

A ciência, como um produto cultural, social e histórico, desde o seu nascimento, foi moldada na dicotomia existente entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que, durante a maior parte da sua história, foi empreendida pelo representante do masculino – o homem, branco, ocidental, elitista e colonial.

Trata-se um padrão androcêntrico que tem cerceado a participação das pesquisadoras mulheres. Lima (2008) explica que o androcentrismo orienta a produção de um saber descorporificado, em que a mente possui primazia sobre outros componentes corporais. A dicotomia mente e corpo, portanto, também estaria relacionada a representações sociais: “do corpo associado ao feminino e da mente o masculino, assim, tanto o corpo quanto o feminino são marginalizados nas ciências.” (LIMA, 2008, p. 21).

Alice Rossi¹⁰ foi responsável por um dos primeiros estudos publicados em periódicos científicos que discutia aspectos explicativos da baixa participação das mulheres trabalhando em atividades de Ciência & Tecnologia. São eles:

(a) a prioridade do casamento e da maternidade diante da escolha profissional, (b) a influência dos pais na escolha da carreira de seus filhos, determinando o que devem ser atitudes e comportamentos “femininos” e “masculinos” e (c) incompatibilidades ou diferenças de cunho biológico e/ou social entre homens e mulheres, tal como nas habilidades cognitivas, na questão da independência, de persistência e do distanciamento do convívio social. (LETA, 2003, p. 272).

É possível perceber a relação destes aspectos com a cultura androcêntrica e patriarcal, uma vez que as razões que justificam a entrada das mulheres no campo científico estão relacionadas a papéis que o patriarcado tradicionalmente impôs a elas, sustentados na divisão e diferenças sexuais que naturalizam as mulheres como seres inferiores e, portanto, inaptas para o trabalho científico e tecnológico.

Para Tabak (2002, p. 49) "é muito mais difícil para a mulher seguir uma carreira científica numa sociedade ainda de caráter patriarcal e em que as instituições sociais capazes de facilitar o trabalho da mulher ainda são uma aspiração a conquistar." É nessa dificuldade que se encontra a discriminação, mais sutil e implícita, mas ainda operante.

Os estudos recentes sobre o tema mulheres na ciência inferem algumas tendências gerais: as mulheres tendem a se concentrar em áreas “femininas”, de status mais baixo; a representatividade das mulheres declina em cada passo superior da carreira acadêmica; ademais, elas obtêm sucesso de maneira negativamente proporcional em relação aos homens e isso tem sido constantemente relacionado à menor produção científica originada das mulheres. (VELHO; LEÓN, 1998).

¹⁰ Publicado sob o título “*Women in science: why so few? Social and psychological influences restrict women's choice and pursuit of careers in science*”, em uma das revistas científicas mais respeitadas do mundo, a Science, o artigo apresenta uma participação muito reduzida de mulheres empregadas em atividades de C&T nos anos de 1950 e 1960 nos Estados Unidos. Em algumas áreas, como as engenharias, elas representavam cerca de 1% do total de empregados. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/148/3674/1196.long>. Acesso em: 20 set. 2018.

Essas tendências que desvalorizam a participação e crescimento da mulher na ciência se adéquam perfeitamente ao uso do conceito de “capital científico” cunhado por Pierre Bourdieu (2003). Segundo o autor, o capital científico é o reconhecimento e o prestígio atribuído a membros de um determinado campo científico, capital este que não advém somente do desempenho das tarefas científicas, mas também da dinâmica social e dos jogos de poder inerentes a atividade. Abarca “disposições, hábitos e preconceitos enraizados que atuam no ambiente científico afetando negativamente as oportunidades, o desempenho em diversas tarefas e a produtividade da mulher.” (OLINTO; LETA, 2014, p. 2).

Sobre a situação das mulheres na ciência brasileira, pode-se afirmar que refletem as ambiguidades que acompanham a inserção das mulheres em outros campos profissionais: no que se refere a números, elas são maioria representando folgada participação, entretanto, ainda são obrigadas a conviver com os mecanismos de segregação horizontal e vertical de gênero, que separam homens e mulheres em nichos acadêmicos e limitam a progressão da mulher na carreira científica. (OLINTO, 2011).

Uma vez que o enfoque dessa pesquisa recai sobre o a área da Ciência da Informação – conhecida no Brasil primordialmente pelos seus cursos e programas de pós-graduação, sujeitos a pesquisa e a produção científica – faz-se indispensável analisar a atuação das pesquisadoras na mesma.

5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

No mundo, a Ciência da Informação emergiu após a Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelos avanços científicos e tecnológicos e, principalmente, pelo fenômeno denominado “explosão informacional”. Como área do conhecimento volta-se “ao estudo das questões científicas e da prática profissional referentes à comunicação dos conhecimentos e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social ou institucional de uso e das necessidades de informação.” (SILVA *et al.*, 2006, p. 159).

No Brasil, ela surgiu na década de 70 com a implementação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O IBICT juntamente com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB) foram responsáveis pela consolidação da CI como campo científico no país. (SILVA *et al.*, 2006).

Visto que a Ciência da Informação constitui uma subárea das Ciências Sociais Aplicadas e ainda hoje possui forte relação com a Biblioteconomia, grande área e área do conhecimento, respectivamente, com um grande percentual de atuação de mulheres, é possível afirmar que a CI não foge à essa regra. Conforme Olinto (1997, p. 2 *apud* FERREIRA, 2013, p. 195), “uma análise feita sobre a evolução do perfil de gênero no mestrado do IBICT indica que, no período de 1970 a 1994, 83,4% dos/as mestres/as são mulheres.” A autora complementa dizendo que “tanto a Ciência da Informação quanto Biblioteconomia permanecem com altas proporções de mulheres, independentemente da vinculação forte que se estabeleceu originalmente entre ambas.” (OLINTO, 1997, p. 2 *apud* FERREIRA, 2013 p. 195).

Ao levantar dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, Silva *et al.* (2006) constatou que do total de pesquisadores 631 (66,5%) são do gênero feminino e 331 (34,7%) do gênero masculino, perdurando a supremacia feminina quase 10 anos depois do estudo de Olinto.

Outros estudos recentes enfocam a produção de trabalhos e as publicações em periódicos científicos. Bohn (2003) tomou como base a produção do ano de 2001 dos seguintes periódicos: Ciência da Informação, Encontros Bibli, DatagramaZero e Informação & Sociedade, constatando que 63% dos autores eram mulheres.

Já Vilan Filho (2010) percebeu que “o percentual total de artigos escritos por mulheres no período de 1972-2007 (somando-se o percentual de artigos em autoria única e múltipla) é de quase 58% enquanto o dos artigos escritos por homens [...] é de cerca de 30%.” (VILAN FILHO, 2010, 106). Seu estudo comprova que nas autorias múltiplas a proporção de autorias mulheres é ainda mais acentuada em comparação com as autorias únicas.

Nascimento (2011) demonstrou em sua pesquisa que dos 1439 autores que publicaram nas seis revistas analisadas – não há o nome das revistas, somente a informação de que estas são as seis revistas mais bem classificadas no Qualis/CAPES 2008 – 849 (59,00%) são mulheres e 589 (40,93%) são homens.

As informações encontradas sobre a presença da mulher como produtora de informação científica na área de Ciência da Informação são tão somente quantitativas. Algumas pesquisas que tratam especificamente do assunto gênero na CI, como a de Espírito Santo (2008), Bufrem e Nascimento (2012) e Dias e Lima (2013), analisam a literatura da área fazendo uso do método bibliométrico sem grandes avaliações qualitativas.

Entende-se que a mulher ainda se encontra em desvantagem na ciência mesmo tendo aumentado seu acesso à carreira acadêmica. Portanto, é preciso buscar elementos mais precisos que comprovem o que ocorre na Ciência da Informação nesse aspecto. A presente pesquisa expõe mais à frente dados que irão explicar quem são os pesquisadores de maior produtividade na área de CI e a sua trajetória acadêmica.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois procura especificar características e propriedades de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno passível de análise. Comumente se incluem nessa modalidade “os estudos que visam a identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos.” (CERVO *et al.*, 2006, p. 62).

Realizou-se uma análise sociométrica, metodologia de pesquisa ligada a dinâmica de grupos e a variados processos sociais que emana do estudo das relações entre o individual e o sistema social. Segundo Macuch (2011), a sociometria possibilita que se detectem as dificuldades enfrentadas pelo grupo, como a competição, as relações de poder, a ordem/desordem, os conflitos e os ruídos que permeiam seu funcionamento. Ainda, proporciona que os dados sejam tabulados e transformados em gráficos que permitirão visualizar tanto a situação individual de cada elemento no grupo, como as relações positivas e negativas e muitos outros eventos sociométricos relativos.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: (i) levantamento no Portal do CNPq dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa com bolsas em curso na área de Ciência da Informação; (ii) consulta na Plataforma Lattes dos currículos dos bolsistas e coleta de suas Identidades na plataforma (ID Lattes) em busca de dados pertinentes para a caracterização do perfil científico dos pesquisadores analisados; (iii) aplicação do software ScriptLattes¹¹ nas 52 IDs coletadas. A escolha desse programa se deve ao fato de que ele gera métricas básicas para a criação de gráficos e tabelas sobre as variáveis analisadas.

A ciência brasileira é constituída por fatores como competitividade, qualidade e produtividade, sendo esta última a capacidade mediante a qual é possível gerar resultados. Porém, não se considera apenas o resultado, mas também as condições para o alcance deste, logo, produtividade é sempre a relação entre duas variáveis, como produção versus tempo. A produção refere-se à consequência daquela capacidade, ou seja, aos resultados gerados por um indivíduo. (SILVA; MUELLER, 2017).

Como forma de gratificação e incentivo à realização de pesquisas nas áreas científica e tecnológica, o CNPq oferece a bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) aos pesquisadores que se destacam em suas respectivas áreas; ao passo que, os currículos presentes na Plataforma Lattes, denominados currículos Lattes, são considerados um padrão nacional para

¹¹ MENA-CHALCO, Jesús Pascual; CESAR JUNIOR, Roberto Marcondes. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **J. Braz. Comp. Soc.** v. 15, n. 4, p. 31-39, 2009.

a análise do mérito e da competência dos pesquisadores cadastrados, pois reúne toda a trajetória acadêmica deles.

Portanto, na etapa (i), consultou-se o *site* do CNPq, especificamente o *link* “Bolsas e Auxílios Vigentes”, para identificar os pesquisadores com bolsa PQ ativas na área de Ciência da Informação, no mês de outubro de 2018. Com as informações existentes foi construída uma planilha no *software* Microsoft Office Excel[®] 2007 contendo nome dos bolsistas, nível da bolsa e instituição a qual pertencem.

Na etapa (ii), procedeu-se a consulta na Plataforma Lattes das IDs dos currículos dos pesquisadores. As seguintes informações foram coletadas e acrescentadas à planilha: gênero, cidade em que a instituição de veiculação está situada, área de formação graduada e pós-graduada, tempo de formação acadêmica e realização do *post-doc*.

Já na etapa (iii), a listagem com as 52 IDs foram inseridas no ScriptLattes contemplando o período da amostra entre 2008 e 2018. Foram gerados dados sobre a produção bibliográfica geral e segmentada de: artigos completos publicados em periódicos, livros publicados/organizados ou edições, capítulos de livros publicados, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos expandidos publicados em anais de congressos, resumos publicados em anais de congressos, artigos aceitos para publicação, apresentações de trabalho e demais tipos de produção bibliográfica.

De posse desses dados analisou-se variáveis como: a) gênero da(o) pesquisadora(o); b) estrato da bolsa de produtividade; c) instituições de ensino a que os bolsistas estão vinculados; d) região do país em que trabalham os pesquisadores; e) áreas da primeira graduação e da pós-graduação; f) total de anos que os pesquisadores levaram do início da primeira graduação até a conclusão do doutorado; g) realização do pós-doutoramento; h) produção científica.

Essas informações permitem mostrar como se tem dado o acesso da mulher na elite da pesquisa acadêmica do país na área de Ciência da Informação. Além do mais, torna-se possível identificar as diferenças no perfil das pesquisadoras em relação aos seus colegas do gênero masculino. Isto oferece relevantes indícios que podem contribuir para um entendimento prévio da proporção na distribuição das bolsas por gênero e se esta é feita de forma igualitária ou desigual entre os gêneros feminino e masculino na área citada. Porém, antes de prosseguir para a análise dos resultados, é necessário entender como funciona a estrutura das bolsas de Produtividade em Pesquisa.

6.1 Universo de pesquisa: a bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

Atualmente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é o maior órgão de financiamento à ciência no Brasil, oferecendo diversas modalidades de bolsas. Dentre elas inclui-se a bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) que, diferente das demais bolsas, é “destinada a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica” (CNPq, 2015).

Dessa forma, a PQ consolida uma elite científica nacional de especialistas e profissionais da pesquisa que lideram a condução das atividades de C&T e que contemplam recursos materiais e simbólicos exclusivos, como evidencia Guedes, Azevedo e Ferreira (2015):

A intensificação do interesse por essa bolsa se relaciona à valorização que lhe é conferida pela política de C&T nesse contexto, traduzida em reconhecimento e poder acadêmicos, evidenciados em prerrogativas exclusivas aos que a recebem, como, por exemplo, a de exercerem a coordenação de projetos de pesquisa ou funções de assessoramento em diferentes situações junto ao CNPq e à Capes. Outro aspecto também permite aquilatar a relevância da posse dessa bolsa: a ela podem ser vinculadas bolsas de formação de recursos humanos, destinadas a estudantes de graduação (iniciação científica) e de pós-graduação (mestrado, doutorado), e a recém-formados (bolsas de apoio técnico e de aperfeiçoamento) que atuam no projeto do pesquisador bolsista. (GUEDES; AZEVEDO; FERREIRA, 2015, p. 371-372).

Apesar do incentivo a projetos futuros, alguns autores consideram que o intuito das bolsas PQ é premiar os pesquisadores pelos seus feitos alcançados no passado, o que provoca um aumento no *status* das pessoas beneficiadas, que passam a gozar de maior destaque entre os seus colegas.

Ademais, a concessão da PQ revela um sistema hierarquizado dividido em três categorias de bolsas: Sênior (PQ-Sr), PQ-1 (subdividida nos níveis A, B, C e D) e PQ-2. A categoria Sênior, situada no topo da hierarquia, é de caráter vitalício e deve ser solicitada apenas pelos bolsistas PQ que permaneceram nos níveis 1A ou 1B por, no mínimo, 15 anos ininterruptos. Para a categoria 1, é necessário que os bolsistas tenham obtido título de doutor há 8 anos ou mais, enquanto para a categoria 2, os candidatos devem ter concluído seu doutorado há no mínimo 3 anos. As categorias 1 e 2 também diferem no que diz respeito às subdivisões que as caracterizam e nos critérios de avaliação: a primeira é subdividida em quatro níveis, configurando-se um modelo de progressão e promoção em que a posição mais elevada corresponde ao nível A, e sua concessão se dá mediante a análise da produtividade dos últimos 10 anos do candidato; já a segunda consiste em apenas um nível e é analisada a produtividade do candidato nos últimos 5 anos.

No caso da categoria 1, a produtividade mencionada engloba a relevância da produção científica do pesquisador, sua atuação contínua na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, inserção internacional e participação em atividades de gestão científica e acadêmica. Para a categoria 2, a produtividade recai nos trabalhos publicados e orientações do pesquisador. Esses critérios são avaliados pelos Comitês de Assessoramento (CAs), juntamente com as propostas dos projetos de pesquisa submetidos (GUEDES; AZEVEDO; FERREIRA, 2015).

Portanto, as bolsas PQ sugerem uma estratificação em que aqueles agraciados com a bolsa PQ-A usufruem de prestígio similar aos bolsistas PQ-Sr, pois ambas categorias reúnem profissionais de renome, com carreira consolidada e de permanente excelência no que se refere à produtividade em pesquisa no país e no exterior, reconhecidos como liderança acadêmica e na formação de novos pesquisadores, bem como na coordenação de grupos de pesquisa e de programas de pós-graduação. Os níveis B, C e D, por sua vez, congregam aqueles pesquisadores que estão em processo de evolução constante em suas carreiras e que apresentam contribuições crescentes ao desenvolvimento de suas áreas de estudo, assim como o pesquisador da categoria 2.

6.1.1 A variável gênero

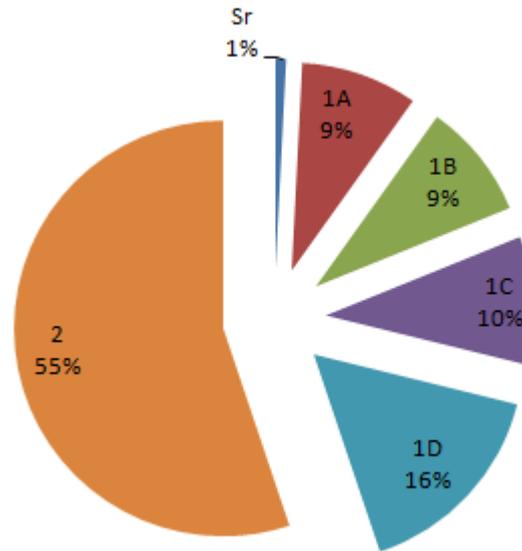
Em 2015, de acordo com a última divulgação de indicadores do CNPq em relação às bolsas de Produtividade em Pesquisa, foram concedidas o total de 14.105 bolsas, distribuídas em todos os níveis. A Tabela 1 indica a quantidade de bolsas por categoria/nível implementadas no referido ano e o Gráfico 1 o percentual delas.

Tabela 1 – Número de bolsas PQ segundo categoria e nível (2015)

Categoria/nível	Número de bolsas
Sr	112
1A	1.244
1B	1.282
1C	1.350
1D	2.316
2	7.800
Total	14.105

Fonte: CNPq (2015)

Gráfico 1 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria e nível (2015)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

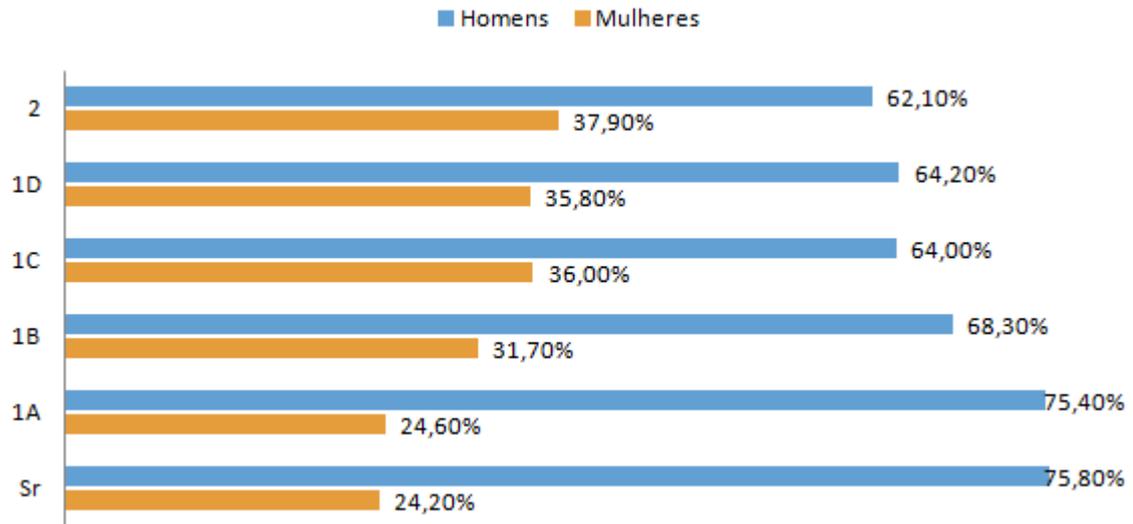
Ao observar o gênero dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do ano de 2015, há uma flagrante desproporção na concessão de bolsas favorável ao gênero masculino (Tabela 2), agraciados com quase o dobro do número de bolsas concedidas ao gênero feminino. Esta situação vai de encontro com o avanço da participação das mulheres no ensino superior e na pós-graduação e até na própria C&T constatado nas últimas décadas.

Tabela 2 – Número de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas (2015)

Categoria/nível	Mulheres	Homens	Número de bolsas
Sr	27	85	112
1A	306	938	1.244
1B	407	876	1.282
1C	487	864	1.350
1D	829	1.487	2.316
2	2.957	4.843	7.800
Total	5.013	9.092	14.105

Fonte: CNPq (2015)

Gráfico 2 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas (2015)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Ressalta-se a quantidade elevada de bolsas destinadas às áreas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias no montante total de PQs – em 2015 as duas grandes áreas somavam 5.119 (36%) das bolsas – o que contribui para a desproporção, uma vez que são nichos tradicionalmente masculinos e que tem apresentado pouco avanço da presença feminina.

Mendes *et al.* (2010) acredita que a baixa presença feminina nas bolsas PQ pode ser explicada pela inserção tardia das mulheres no sistema de ciência e tecnologia. “Como elas entraram recentemente neste universo, receberam menos recursos para bolsas e auxílios, pois estes exigem maior experiência e títulos” (MENDES *et al.* 2010, p. 536), ainda, “outro fator relevante é a dificuldade das mulheres em conciliar a carreira científica com a vida familiar, incluindo a gestação e a maternidade.” (MENDES *et al.* 2010, p. 536-537).

Ao verificar as bolsas por níveis, nota-se que o percentual de mulheres diminui ao considerar aquelas de maior prestígio (Gráfico 2). Em vista disso, as bolsas de Produtividade em Pesquisa é um exemplo claro da dificuldade das mulheres de ascenderem no meio científico. Para Carvalho, Coeli e Lima (2018, p. 2-3),

em parte essa diferença pode ser explicada como resultante de um efeito coorte, mas também pode ser a reprodução de um padrão observado nas organizações em geral. Em cargos de chefia de alta hierarquia o número de mulheres é muito menor do que o de homens, mesmo em empresas com elevada presença feminina.

Vários estudos realizados nos últimos anos sobre o perfil do bolsista de Produtividade em Pesquisa constataam que essa tendência ocorre em diferentes áreas do conhecimento.

Evidenciou-se, ainda, que mesmo em algumas carreiras femininas o número de mulheres no topo da hierarquia das bolsas de Produtividade em Pesquisa é menor que o de homens. Em outras áreas, apesar da predominância feminina, esta não encontra equivalência com a realidade da área, como é o caso da Psicologia, de acordo com a pesquisa de Sacco *et al.* (2016), em que as mulheres constituíam aproximadamente 83% dos estudantes de Psicologia, 90% dos profissionais registrados no Conselho Federal e apenas 63% dos bolsistas PQ.

Assim, seguindo os objetivos deste estudo, analisar-se-á o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa atuantes na área de Ciência da Informação, de forma a constatar a proporção feminina neste grupo de pesquisadores.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

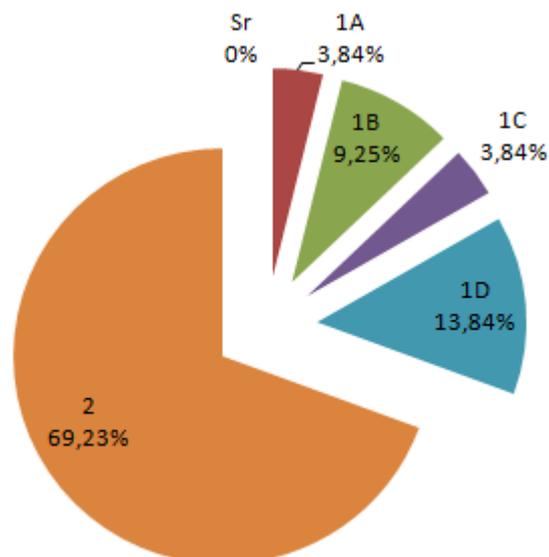
Segundo a Tabela 3, baseada nas informações disponibilizadas no *site* do CNPq, atualmente 52 pesquisadores são contemplados com a bolsa de Produtividade em Pesquisa na área de Ciência da Informação. Em relação às categorias das bolsas, verifica-se grande diferença na distribuição destas, uma vez que 69,23% dos bolsistas se concentram na categoria 2. Ao desdobrar os níveis da categoria 1, é possível perceber que o número de bolsas é mais limitado no topo da hierarquia, a bolsa 1A, por exemplo, apresenta um grupo seleto de pesquisadores que corresponde a apenas 3,84% (Gráfico 3).

Tabela 3 – Número de bolsas PQ segundo categoria e nível em Ciência da Informação (2018)

Categoria/nível	Número de bolsas
Sr	0
1A	2
1B	5
1C	2
1D	7
2	36
Total	52

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 3 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria e nível em Ciência da Informação (2018)



Fonte: dados da pesquisa

Esses dados refletem que a PQ se configura em um sistema com uma base alargada e um topo reduzido, sua hierarquização esboça um caráter restrito e seletivo de funcionamento que, por sua vez, resulta na baixa mobilidade entre as categorias e os níveis, principalmente aqueles de maior valor simbólico.

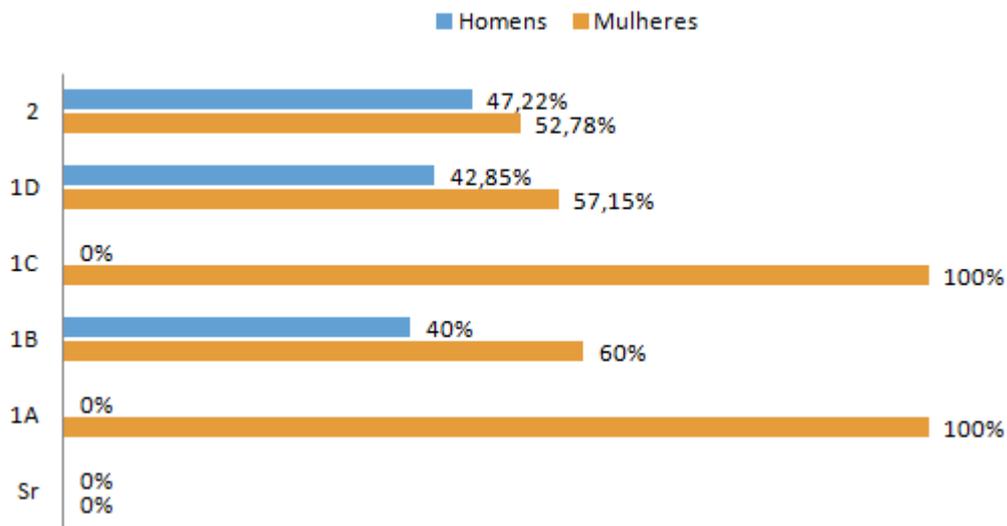
No tocante ao gênero dos bolsistas, constata-se maior contingente feminino ($n = 30$). Esse número equivale a 57,69% dos bolsistas, percentual similar a outras áreas que se destacam pelo predomínio de mulheres, como a Psicologia e a Educação. Porém, enquanto nessas áreas a distribuição de bolsas para o gênero feminino se concentra no nível mais baixo e o gênero masculino no nível mais alto da hierarquia, esse fenômeno não ocorre na Ciência da Informação em que há mais homens na categoria 2 e mais mulheres na categoria 1 (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018)

Categoria/nível	Mulheres	Homens	Número de bolsas
Sr	0	0	0
1A	2	0	2
1B	3	2	5
1C	2	0	2
1D	4	3	7
2	19	17	36
Total	30	22	52

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 4 – Percentual de bolsas PQ segundo categoria/nível e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Além do maior percentual de mulheres nas cinco categorias de bolsas (Gráfico 4), exceto na categoria sênior que não apresentou nenhum pesquisador, nota-se que em duas delas, 1A e 1C, há a presença única e exclusiva do gênero feminino. Essas informações demonstram uma situação favorável às pesquisadoras na Ciência da Informação, pois parecem contornar a questão da segregação vertical, um dos maiores empecilhos para ascensão das mulheres na ciência.

Também é possível analisar a composição por gênero do Comitê de Assessoramento da área, visto que é formado por pesquisadores reconhecidos em sua área de atuação e indicados pelo Conselho Deliberativo do CNPq para analisar, julgar, selecionar e acompanhar os pedidos de projetos de pesquisa de novos bolsistas. Constata-se um equilíbrio entre os membros do CA, composto por 5 homens e 4 mulheres, o que se considera ideal para que nenhum gênero seja favorecido ou desfavorecido na avaliação das propostas de bolsa.

Quanto às Instituições de Ensino Superior (IES) e de pesquisa das quais os bolsistas são provenientes, soma-se 15 delas. A Universidade Estadual Paulista (UNESP) apresentou a maior quantidade de bolsistas (n = 11), seguido do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (n = 7), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (n = 5) e da Universidade de São Paulo (USP) (n = 5). Contudo, não há considerações pertinentes sobre a relação entre as instituições e o gênero dos bolsistas, somente ao analisar as regiões do Brasil em que atuam verifica-se uma concentração relativamente maior de

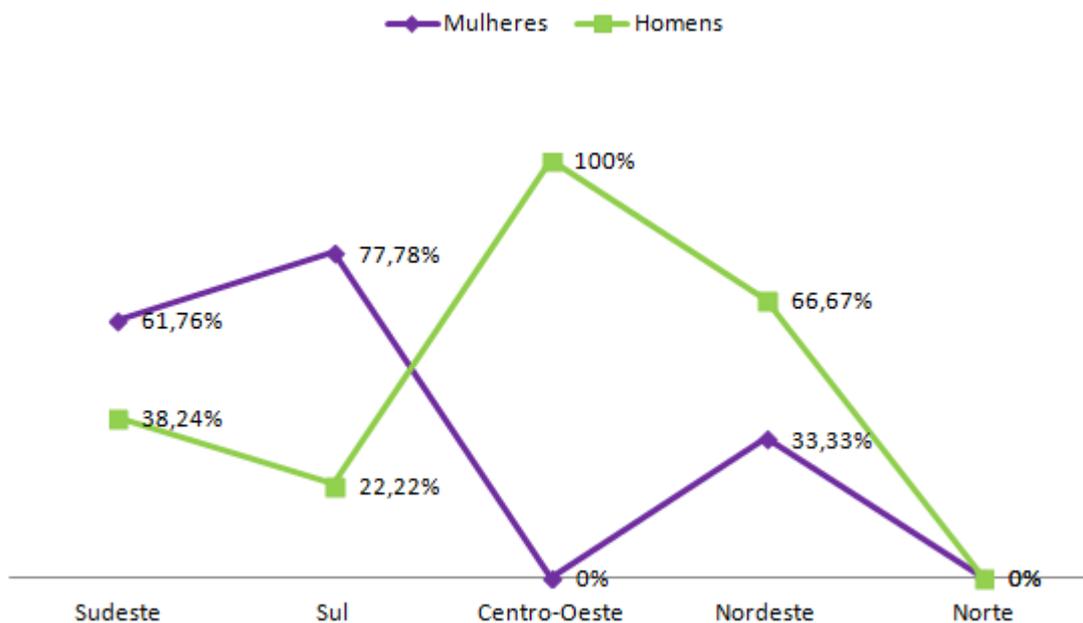
mulheres atuantes nas regiões sudeste e sul e de homens nas regiões nordeste e centro-oeste (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição de bolsas PQ por região no Brasil e gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018)

Região	Mulheres	Homens	Número de bolsas
Sudeste	21	13	34
Sul	7	2	9
Centro-Oeste	0	3	3
Nordeste	2	4	6
Norte	0	0	0
Total	30	22	52

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 5 – Percentual de bolsas PQ por região no Brasil e gênero dos bolsistas em Ciência da Informação (2018)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

O Gráfico 5 deixa clara a disparidade entre as regiões, que pode ser explicada pelo nível de acesso que as mulheres possuem aos cursos de doutorado de determinadas regiões. Sabe-se que o nordeste brasileiro, por exemplo, é uma das regiões com os piores indicadores econômicos e sociais do país, portanto, é provável que ainda apresente obstáculos quanto à acessibilidade feminina na educação superior e pesquisa científica. Contudo, isto é apenas uma observação, necessitando maiores estudos a fim de encontrar fatores explicativos para as diferenças regionais.

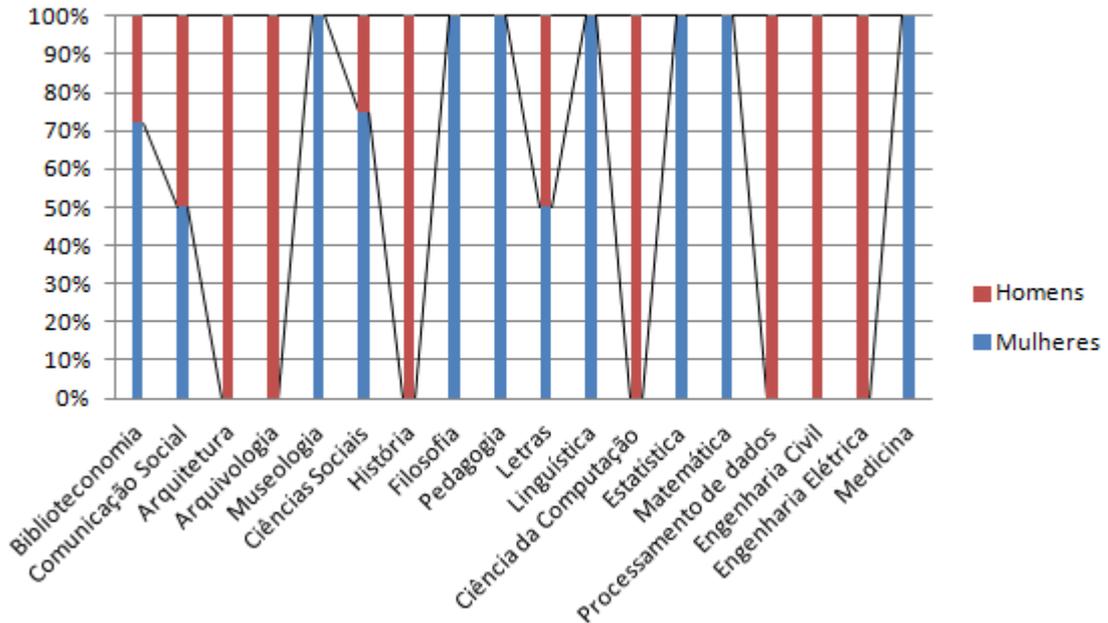
No que diz respeito à formação acadêmica dos pesquisadores, em nível de graduação, nota-se um perfil bastante diverso disciplinarmente – foram observados 18 cursos correspondentes a seis grandes áreas e três colégios – com destaque para os cursos de Biblioteconomia, Ciências Sociais e História, o que condiz com a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação (Tabela 6).

Tabela 6 – Formação acadêmica em nível de graduação por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018)

Grande área	Curso	Mulheres	Homens	Nº de bolsistas
Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia	18	7	25
	Comunicação Social	1	1	2
	Arquitetura	0	1	1
	Arquivologia	0	1	1
	Museologia	1	0	1
Ciências Humanas	Ciências Sociais	3	1	4
	História	0	4	4
	Filosofia	1	0	1
	Pedagogia	1	0	1
Linguística, Letras e Artes	Letras	1	1	2
	Linguística	1	0	1
Ciências Exatas e da Terra	Ciência da Computação	0	1	1
	Estatística	1	0	1
	Matemática	1	0	1
	Processamento de dados	0	1	1
Engenharias	Engenharia Civil	0	3	3
	Engenharia Elétrica	0	1	1
Ciências da Saúde	Medicina	1	0	1
Total	18	30	22	52

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 6 – Percentual da formação acadêmica em nível de graduação por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Percebe-se que 82,66% dos bolsistas formaram-se em um único colégio, o colégio de Humanidades, por mais que tenham sido relacionados 18 cursos de graduação distintos, metade deles pertence a grande área de Ciências Sociais Aplicadas.

Não é surpresa que grande parte das mulheres ($n = 18$) optou pelo curso de Biblioteconomia como primeira graduação, assim como boa parte dos homens ($n = 7$), porém em um número menos expressivo. Ciências Sociais é o segundo curso com maior contingente feminino, enquanto História e Engenharia Civil são os respectivos cursos que apresentam atuação masculina mais acentuada.

O Gráfico 6 apresenta uma considerável diferenciação de escolhas de cursos entre os gêneros, o que corrobora para a ideia de que ambos, homens e mulheres, são levados a fazer escolhas marcadamente segmentadas por fatores ligados ao gênero, ou seja, os homens tendem a escolher carreiras masculinas e as mulheres carreiras femininas, uma das características da segregação horizontal.

É possível verificar que a presença dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica neste levantamento traz um perfil mais masculino dos pesquisadores em Ciência da Informação. A aproximação da CI junto a áreas como Engenharia, Matemática e Ciência da Computação, setores ligados à nova economia, tem despertado maior interesse masculino numa área com predominância do gênero feminino, considerando a forte relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia.

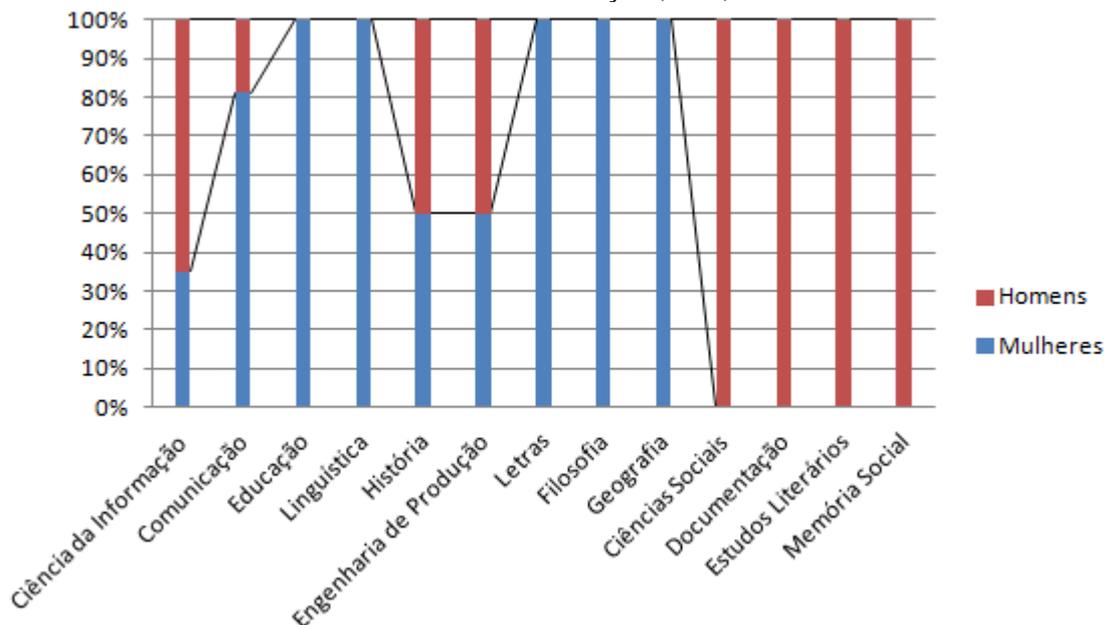
Ao analisar as áreas de doutoramento dos pesquisadores, fica ainda mais evidente o crescimento do interesse dos homens pela Ciência da Informação, uma vez que o curso apresenta maior contingente masculino (**65%**) até mesmo maior que o de mulheres (**35%**) (Gráfico 7). Estas, por sua vez, apresentam maior número na área de Comunicação (Tabela 7).

Tabela 7 – Formação acadêmica em nível de doutorado por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018)

Instituição	Mulheres	Homens	Nº de bolsistas
Ciência da Informação	7	13	20
Comunicação	13	3	16
Educação	3	0	3
Linguística	2	0	2
História	1	1	2
Engenharia de Produção	1	1	2
Letras	1	0	1
Filosofia	1	0	1
Geografia	1	0	1
Ciências Sociais	0	1	1
Documentação	0	1	1
Estudos Literários	0	1	1
Memória Social	0	1	1
Total	30	22	52

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 7 – Percentual da formação acadêmica em nível de doutorado por gênero dos bolsistas PQ em Ciência da Informação (2018)



Fonte: dados da pesquisa (2018)

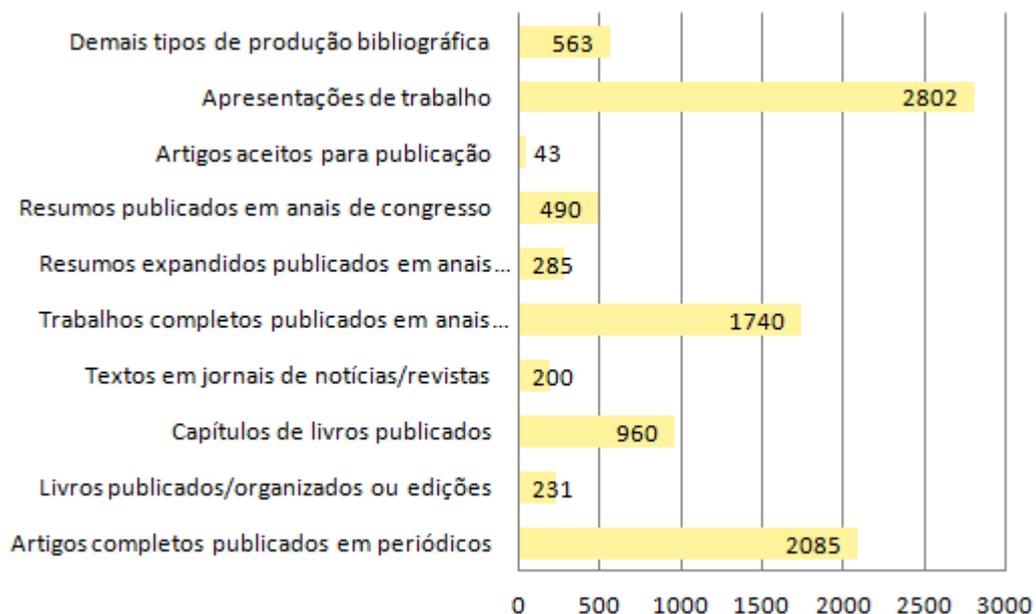
Em relação ao tempo de formação dos pesquisadores – a média de anos entre a primeira graduação até a finalização do doutorado, uma vez que para a obtenção da bolsa PQ há no mínimo a exigência do título de doutor – constata-se que os homens levam menos tempo para completar as fases de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, em torno de 15,04 anos, enquanto as mulheres levam 22,66 anos.

Esses números sustentam a ideia de que se as mulheres estão levando mais tempo para se formar é devido às barreiras que enfrentam, entre elas, a dura incumbência de conciliar carreira e vida familiar, questão que vem sendo debatida também no meio científico. As mulheres bolsistas PQ, principalmente, por conta dos critérios da própria bolsa que é concedida e prorrogada mediante avaliação da produção científica do pesquisador, estavam enfrentando prejuízos ao ter que atrasar e até abandonar suas pesquisas para cuidar dos filhos.

Ademais, percebe-se que os homens estão mais inclinados a dar continuidade ao aperfeiçoamento acadêmico após o doutoramento, visto que 81,81% (n = 18) destes realizaram pós-doutorado, enquanto apenas 43,33% (n = 13) das pesquisadoras mulheres optaram pelo *post-doc*.

Sobre a produção científica dos 52 bolsistas – analisada no período de 2008 a 2018 – soma-se um número de 9.399 produções, entre elas artigos, livros, capítulos de livros, textos em jornais e revistas, trabalhos publicados em anais de congresso, etc. (Figura 1). São consideradas as atividades de maior prestígio científico, que rendem o capital científico “puro”, relacionado ao reconhecimento do pesquisador entre seus pares.

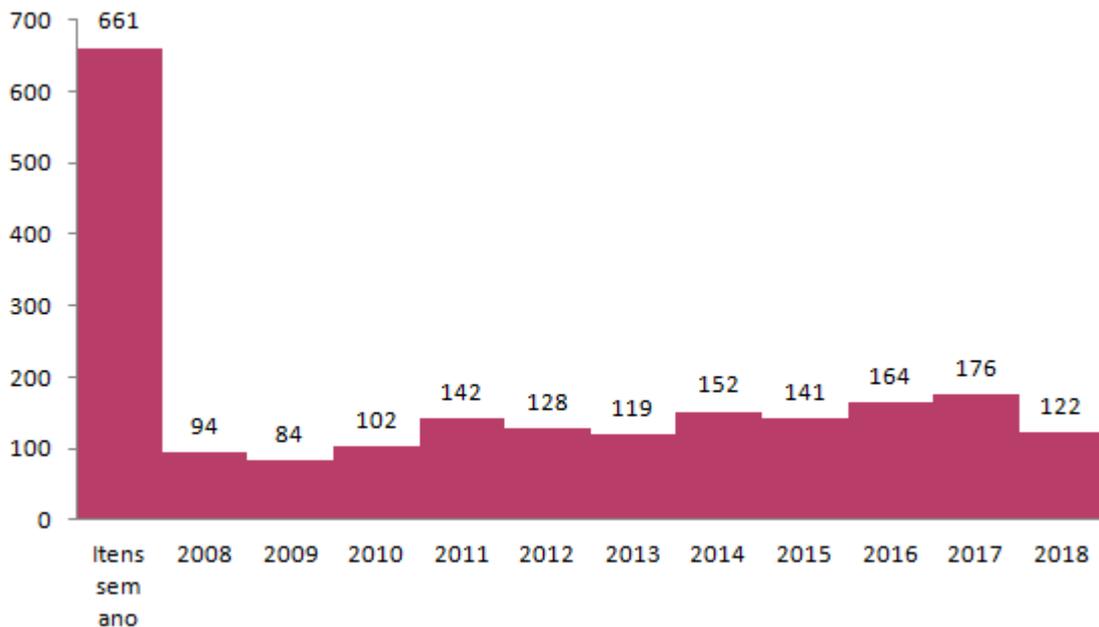
Figura 1 – Produção bibliográfica dos bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Dentre as produções bibliográficas, destaca-se os artigos completos publicados em periódicos (n = 2085), um dos indicadores de produção mais analisados por configurarem resultados originais de pesquisas, além de passarem por um sistema de revisão com regras de avaliação que lhe confere qualidade, e comporem uma literatura de amplo acesso. A Figura 9 demonstra a produção anual de artigos durante o período analisado.

Figura 2 – Produção de artigos de periódicos dos bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018

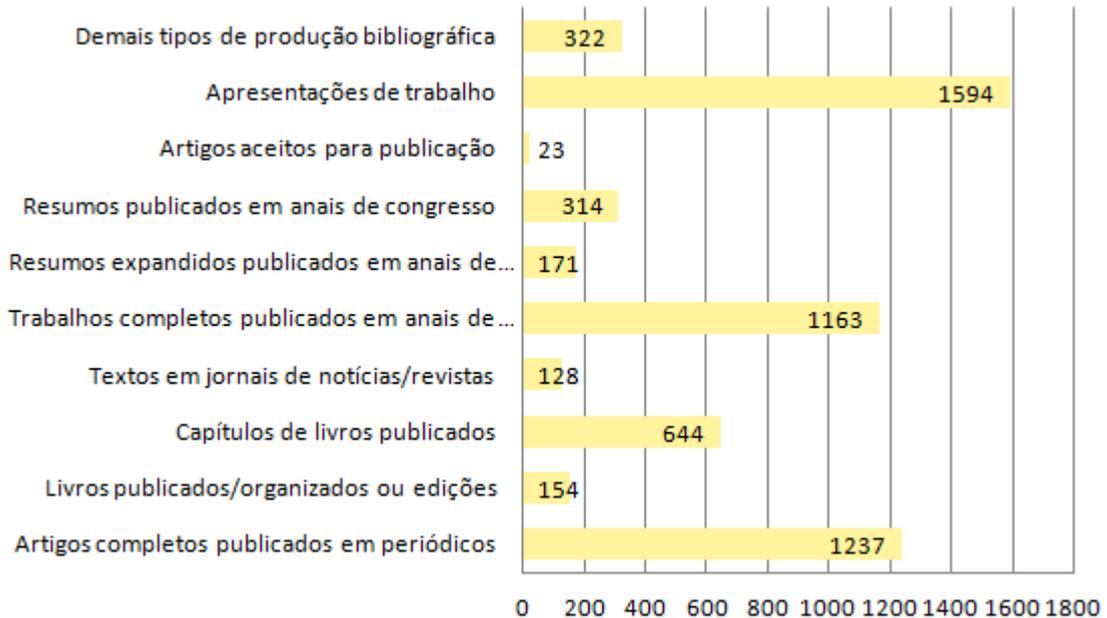


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Além da bibliográfica, há a produção técnica (n = 5.880), que abrange produtos tecnológicos, processos ou técnicas, trabalhos técnicos e demais produções, e os prêmios e títulos recebidos (n = 338).

Outras análises de produtividade com distinção do gênero dos pesquisadores já realizadas apontam que as mulheres tendem a ser menos produtivas que seus pares homens. É possível perceber também que a produção de mulheres oscila de forma substancial quando são consideradas as áreas do conhecimento. As bolsistas PQ em Ciência da Informação, por exemplo, apresentam uma produção bibliográfica superior a dos bolsistas homens, visto que elas contabilizam 5.750 produções – discriminadas na Figura 3 – o que se aproxima de 61%.

Figura 3 – Produção bibliográfica de mulheres bolsistas PQ em Ciência da Informação, no período 2008-2018



Fonte: dados de pesquisa (2018)

Embora esses resultados indiquem que as mulheres são mais produtivas, a comparação entre a produção bibliográfica e o número de pesquisadoras com bolsas PQ aponta para um resultado proporcional, uma vez que a fração de bolsistas na área (58%) apresenta grande semelhança com a fração de suas produções bibliográficas (61%) e técnicas (59%; n = 3.494) e com os prêmios e títulos (57%; n = 194). Portanto, pode-se inferir previamente que as mulheres na Ciência da Informação têm desempenho similar a seus colegas homens.

Esse tipo de estudo envolve tarefas mais complexas do que o mapeamento e apresentação de indicadores quantitativos. Há outros aspectos da produção científica que não podem ser aferidos, como o peso dos trabalhos, sendo que, de acordo com outras pesquisas realizadas anteriormente, os homens costumam publicar trabalhos menores e em tempos mais curtos, o que não constitui um indicador de qualidade da produção.

8 CONCLUSÃO

A ciência enquanto um campo pautado por características masculinas desenvolve mecanismos de segregação horizontal e vertical de gênero, que separam homens e mulheres em nichos acadêmicos e limitam a progressão da mulher na carreira científica.

Este trabalho buscou analisar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq na área de Ciência da Informação a partir de uma perspectiva de gênero, a fim de constatar se as bolsas são distribuídas de forma igualitária entre homens e mulheres em todos os seus níveis. Partimos do pressuposto de que a mulher ainda se encontra em desvantagem na ciência mesmo tendo aumentado seu acesso às carreiras científicas e tecnológicas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam uma situação atípica: na Ciência da Informação as mulheres são maioria em todas as categorias e níveis de bolsas de Produtividade em Pesquisa, inclusive naquelas de maior prestígio acadêmico.

A representação feminina nas colocações mais altas de um grupo que representa a elite de cientistas do Brasil sugere um afastamento das expectativas convencionais das relações de gênero na ciência, caracterizadas pela predominância masculina no topo da hierarquia científica. Esses dados trazem consequências positivas para a área que demonstra estar contornando a disparidade de gênero na ciência.

Um estudo¹² realizado no Reino Unido aponta que essa é uma tendência das áreas de Ciências Sociais. Observa-se que há pouca diferença ao analisar a posição acadêmica de homens e mulheres, assim como sua taxa de sucesso e número de subsídios. Ademais, os profissionais das áreas de Ciências Sociais há muito tempo se envolvem com práticas feministas de gestão de pesquisa, com os princípios orientadores de colaboração e igualdade social.

Outro exemplo que os britânicos trazem são os constantes trabalhos científicos que criticam os mecanismos que excluem as mulheres pesquisadoras, que demonstram ter assegurado aos homens uma maior consciência da cultura masculina enraizada nas instituições científicas.

Portanto, é imprescindível que o tema mulheres na ciência seja abordado nas mais variadas áreas, não somente para que os homens estejam cientes de seus privilégios, mas também para que as mulheres possam compreender que podem usufruir de determinados

¹² BOYLE, Paul *et al.* Gender balance: women are funded more fairly in social science. **Nature**, p. 181-183, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/news/gender-balance-women-are-funded-more-fairly-in-social-science-1.18310#/b5>. Acesso em: 26 nov. 2018.

direitos, passando a exigir condições mais justas e igualitárias no campo científico e tecnológico.

A presente pesquisa comprovou, ainda, que na Ciência da Informação – área que por mais que apresente maior contingente feminino por conta de sua aproximação com a Biblioteconomia, tem despertado cada vez mais interesse dos homens – as mulheres não são menos produtivas que os seus colegas do gênero masculino.

A produtividade da mulher é colocada em prova porque a maior parte do montante total de bolsas de Produtividade em Pesquisa é destinada às áreas como Física, Engenharia e Matemática, que detêm a manufatura econômica, ou seja, que é fonte de dinheiro e ainda está nas mãos dos homens. Nessas áreas o contingente feminino entre seus bolsistas apresenta pouquíssima evolução ao longo dos anos.

Destarte, como poderíamos esperar uma produção igual em proporções e condições desiguais?

Em vista disso, torna-se necessário políticas públicas efetivas para estimular a participação das mulheres na ciência, principalmente nas áreas de Ciências Exatas e Engenharias, mesmo através de ações compensatórias como bolsas de estudo e premiações. Além do mais, o Estado deve oferecer creches às mães cientistas que não tem com quem deixar seus filhos durante o período de trabalho, ou jornadas mais flexíveis para que seja possível cuidar dos filhos e trabalhar sem comprometer o desempenho delas.

Quando exigimos maior participação feminina na ciência não é apenas para o benefício das mulheres, mas para a ciência de modo geral. Existem estudos comprovando que a atividade científica realizada por um grupo de pessoas com perspectivas e experiências diferentes gera muito mais impacto do que a atividade feita de forma homogênea.

Os resultados desta pesquisa atestam que a Ciência da Informação está muito a frente de outras áreas na questão da equidade de gênero no campo científico. Logo, espera-se que a CI continue agindo com responsabilidade social no sentido de dar prosseguimento a discussão acerca das temáticas de gênero e diversidade de forma a propor ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 31, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/132/251>. Acesso em: 6 set. 2018.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres e educação: paixão pelo possível**. São Paulo: Edunesp, 1998.
- ALVES, Daniela Maçaneiro. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. *In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E PROCESSOS EDUCATIVOS*, 2., 2017, Criciúma. **Anais [...]**. Criciúma: UNESC, 2017.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004. Acesso em: 6 set. 2018.
- BARATA, Rita Barradas; GOLDBAUM, Moisés. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, nov./dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n6/a31v19n6.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOHN, Maria Del Carmen Rivera. Autores e Autoria em periódicos Brasileiros de Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSC**, Florianópolis, n. 16, 2º sem. 2003. Disponível em: <http://www.encontrosbibli.ufsc.br>. Acesso em: 26 set. 2018.
- BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 4, out./dez. 2017. Disponível: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n4/v69n4a17.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BOTASSI, Miriam. Bibliotecária(o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 4, p. 3-4, maio 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285/23782>. Acesso em: 26 set. 2018.
- CANO, Gabriela *et al.* (Orgs). **Gênero, poder y política em México posrevolucionario**. México: FCE, UAM, 2006.

CARVALHO, Marília Sá; COELI, Claudia Medina; LIMA, Luciana Dias de. Mulheres no mundo da ciência e da publicação científica. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00025018.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLIN, Françoise. **Práxis de la différence**. Paris: Les Cahiers du Grief, 1992.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11092539-Genero-poder-e-empoderamento-das-mulheres-1.html>. Acesso em: 5 set. 2018.

COSTA, Renata Gomes da; SILVEIRA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 222-240.

DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 3, n. 2, p. 1-15, out. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2166/1356>. Acesso em: 26 set. 2018.

DIREITOS das mulheres. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389/4877>. Acesso em: 26 set. 2018.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n2/07.pdf>. Acesso em 30 ago. 2018.

FERREIRA, Maria Mary; VEIGA, Marcos Aurélio Pereira. Bibliotecários, trabalho e salário: o profissional da informação na sociedade de mercado. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2012, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2012. p. 1-11.

FORREST, Niara Paz Romero. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE: 1966-2014**. 2014. 85f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8590/1/2014_NiaraPazRomeroForrest.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Cad. Pagu**, n. 45, p. 367-399, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n45/0104-8333-cpa-45-00367.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

GOMES, Maria Oliveira. Redes sociais e manifestações sobre o feminismo. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017.

GONZÁLEZ GARCÍA, Marta; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciencia, tecnologia y género. **Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedad y Innovación**, v. 2, jan. 2002. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/revistactsi/numero2/varios2.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. *In*: DUBY, Georges *et al.* **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991.

LAURETIS, Teresa de. **Feminist Studies/Critical Studies**. Indianapolis: Indiana University Press, 1986.

LEITE, Anderson Cleiton Fernandes; ROCHA NETO, Ivan. Perfil dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em Educação. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 4, p. 97-112, dez. 2017. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2350/1538>. Acesso em: 20 out. 2018.

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18408.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3714/1/2008_BetinaStefanelloLima.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACUCH, Regiane. Breves considerações sobre sociometria. **Escola de redes**, jun. 2011. Disponível em: <http://escoladeredes.net/profiles/blogs/breves-considera-es-sobre-sociometria>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do Magistério e da Biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/642/430>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MENDES, Patrícia Helena Costa *et al.* Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica em medicina no CNPq, Brasil. **Rev. Bras. educ. méd.**, v. 34, n. 4, p. 535-541, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n4/v34n4a08.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

MELO, Hildete Pereira de. THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NASCIMENTO, Bruna Silva do. **A Ciência da Informação no Brasil: um retrato da área através do estudo de autoria e análise das redes de colaboração científica**. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7846/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/427/1/GildaO.pdf>. Acesso em:

OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, geração e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOTOMETRIA E CIENTOMETRIA*. 4., 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2014. p. 1-7.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino**. 2016. 134f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AE6MYV/disserta_ao_hugo_avelar.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 set. 2018.

SACCO, Airi Macias *et al.* Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq atuantes em psicologia no triênio 2012-2014. **Psicol., Ciênc. Prof.**, v. 36, n. 2, p. 292-303, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-pcp-36-2-0292.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHMITT, Nayara Graciele. **A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social do município de Araranguá/SC**. 2016. 29f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Nayara.pdf>. Acesso em: 6 set. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 3 set. 2018.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31447/22001>. Acesso em: 3 set. 2018.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Direito em Foco**, 2012. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf. Acesso em: 6 set. 2018.

SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Prestígio e produção na ciência brasileira: os bolsistas de produtividade e a produtividade dos bolsistas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 340-355, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31457/22014>. Acesso em: 20 out. 2018.

SILVA, Edna Lúcia *et al.* Panorama da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p.159-177, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_43c4635769_0012923.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Conciliando identidades: mulher, mãe, esposa, cientista. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos*, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1384792028_ARQ_UIVO_FabianeFerreiradaSilva.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v20n2/1516-7313-ciedu-20-02-0449.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

SOARES, Cristiane; MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 9., 2014, São Pedro - SP. **Anais [...]**. São Pedro - SP: ABEP, 2014. p. 1-20.

SOARES, Joice de Souza. O lugar das mulheres na Educação Superior: desafios que se impõem para além do acesso. *In: MENDONÇA, Amanda et al. Jovens pesquisadoras: entre estudos e militâncias*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero da Biblioteconomia: percepção de bibliotecários**. 2014. 270f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129392/329405.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 set. 2018.

TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 765-790, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/07.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cad. Pagu**, v. 10, p. 309-344, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474/2350>. Acesso em: 20 set. 2018.

VILAN FILHO, Jayme Leiro. **Autoria múltipla em artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil**. 2010. 215f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7468/1/2010_JaymeLeiroVilanFilho.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

WALTER, Tereza MachadoTeles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/962/1583>. Acesso em: 16 set. 2018.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>. Acesso em: 15 set. 2018.